DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

ISSN 2675-6676
R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXVII • Nº 7730 • SÃO PAULO, TERÇA-FEIRA 27 DE SETEMBRO DE 2022 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Focus reduz projeção de inflação neste ano de 6,00% para 5,88%

Os analistas do mercado financeiro voltaram a reduzir na última semana sua expectativa de inflação pelo IPCA ao final deste ano, agora de 6,00% para 5,88%, segundo dados divulgados ontem, 26, pelo Boletim Focus do BC. Há um mês, a projeção era de 6,70%. Já quanto a 2023, a projeção recuou pela sexta semana consecutiva, de 5,01% para 5,00%, contra 5,30% quatro semanas antes. Apesar da melhora considerável nas últimas semanas, as previsões continuam a apontar para três anos consecutivos de estouro da meta, após o IPCA de 10,06% no ano passado. No Copom da semana passada, o BC atualizou suas projeções para a inflação com estimativas de 5,8% em 2022, 4,6 % em 2023 e 2,8% para 2024. O colegiado interrompeu o ciclo de aperto monetário após 12 altas consecutivas na taxa básica de juros. Pág. 04

TSE confirma veto ao uso eleitoral do Alvorada por Bolsonaro

(Foto: STJ)

O magistrado apontou que 'jamais seria admissível' que um presidente, governador ou prefeito abrisse as portas de uma residência oficial para realizar comício dirigido a 30 ou 300 eleitores.

Ressaltando que a Lei Eleitoral não autorizou chefes do Executivo, candidatos à reeleição, a usarem bens públicos de uso privativo, custeados pelo Erário, o corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, manteve decisão que proibiu o presidente Bolsonaro de fazer lives de cunho eleitoral no Palácio da Alvorada, como vinha acontecendo. "No caso da residência oficial, os atos de campanha que a lei autoriza são eminentemente voltados para arranjos internos, permitindo-se ao Presidente receber interlocutores, reservadamente, com o objetivo de traçar estratégias e alianças políticas. Em síntese, não se permitiu a realização de atos públicos, em que o candidato se apresenta ao eleitorado com o objetivo de divulgar propaganda", destacou o magistrado. Pág. 03

Ciro intensifica ataques aos adversários e reafirma candidatura

Dizendo-se vítima de uma "virulenta campanha nacional e internacional" para que saísse da disputa, em vista de favorecer a decisão da corrida presidencial já no primeiro turno em favor de Lula, o candidato do PDT a Presidência da República, Ciro Gomes, reafirmou na manhã de ontem, 26, sua candidatura ao Planalto, voltando a fazer ataques aos adversários, inclusive Lula, mesmo sem qualquer fundamento. Pág. 08

Mercado eleva previsão de alta do PIB de 2022 de 2,65% para 2,67%

O Boletim Focus divulgado ontem, 26, mostra que o mercado financeiro ampliou de 2,65% para 2,67% sua projeção de alta do PIB neste ano, na 13ª elevação seguida, contra 2,10% há um mês. Considerando apenas as 49 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB no fim de 2022 foi mantida em 2,70%. No caso de 2023 a previsão para a expansão do PIB permaneceu em 0,50%, ante 0,37% um mês antes. Pág. 04

Transações correntes fecharam julho com déficit de US$ 4,136 bilhões

No pior desempenho para meses de julho desde 2019, quando o saldo foi negativo em US$ 11,636 bilhões, o resultado das transações correntes em julho ficou deficitário em US$ 4,136 bilhões, informou ontem, 26, o BC. No acumulado do ano até julho, o rombo nas contas externas soma US$ 18,411 bilhões. Nos 12 meses até julho deste ano, o saldo das transações correntes está negativo em US$ 36,565 bilhões, 2,08% do PIB. Pág. 04

Três da PRF são indiciados por morte de Genivaldo na 'câmara de gás'

Os três agentes da PRF que assassinaram Genivaldo de Jesus Santos, em 25 de maio, durante abordagem na qual o porta malas da viatura foi transformado em uma câmara de gás, foram indiciados por crimes de abuso de autoridade e homicídio qualificado - com emprego de asfixia e mediante recurso que impossibilitou defesa, segundo concluiu a PF em Sergipe. O inquérito foi encaminhado ontem, 26, ao MPF. Pág. 08

28 deputados que apresentaram só um projeto por ano tentam se reeleger

Quatro candidatos à reeleição da Câmara Federal não apresentaram sequer um projeto durante a atual gestão, embora tenham sido eleitos tendo como uma de suas funções a aprovação de leis. Dos 448 deputados federais candidatos à reeleição, 28 apresentaram uma média de um projeto de lei ou menos por ano da atual legislatura. Os dados foram apurados no Portal da Transparência da Casa. Pág. 03

Confiança do consumidor sobe para maior nível desde janeiro de 2020

(Foto: EBC)

Em médias móveis trimestrais, o índice avançou 3,3 pontos.

No maior nível desde janeiro de 2020, quando estava em 90,4 pontos, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) ficou em 89,0 pontos, informou ontem, 26, a FGV, com alta de 5,4 pontos em setembro ante agosto, na série com ajuste sazonal. Em médias móveis trimestrais, o índice avançou 3,3 pontos. Pág. 04

Média Estadão aponta Lula com 52% dos votos válidos e Bolsonaro, 36%

O ex-presidente Lula venceria a eleição no primeiro turno caso a votação fosse ontem, 26, com 52% dos votos válidos, segundo o agregador de pesquisas eleitorais do Estadão Dados, que compila os números atualizados de 98 pesquisas sobre a corrida presidencial. Bolsonaro teria 36%. No cálculo total, Lula assinalou 47% das intenções de voto e Bolsonaro, 33%. Pág. 08

Investimentos Diretos no País até julho somaram US$ 52,631 bilhões

Num resultado dentro das estimativas do mercado, os Investimentos Diretos no País (IDP) somaram US$ 7,723 bilhões em julho, ante US$ 6,646 bilhões verificado em julho do ano passado, informou ontem, 26, o BC. No acumulado do ano até julho, o ingresso de investimentos estrangeiros destinados ao setor produtivo somou US$ 52,631 bilhões. Pág. 04

Lula avança a 45% na pesquisa BTG/FSB; Bolsonaro segue com 35%

A seis dias do primeiro turno das eleições, o ex-presidente Lula segue na liderança com 45% das intenções de voto na estimulada da Pesquisa do Instituto FSB para presidente encomendada pelo banco BTG Pactual e divulgada ontem, 26. Bolsonaro (PL) aparece com 35%. Ciro Gomes permaneceu com os 7% da semana passada e Simone Tebet (MDB) registrou 4%, 1 pp a menos do que os 5% na amostra anterior. Pág. 03

OEA dá início à missão de observação das eleições no Brasil

O chefe da Missão, Rubén Ramírez Lezcano.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) iniciou ontem, 26, sua missão de observação das eleições no Brasil que ocorrem em primeiro turno no próximo dia 2, domingo. O chefe da Missão, Rubén Ramírez Lezcano, se reuniu ontem com o presidente Bolsonaro (PL), no Palácio do Planalto, e deverá manter contato com outros candidatos, como o ex-presidente Lula (PT), e com o TSE, além de partidos políticos e observadores locais. Pág. 08

Projeção para a Selic no fim de 2022 é mantida em 13,75%

O mercado financeiro manteve inalterada a projeção para a taxa Selic ao final deste ano em 13,75%, segundo informou ontem, 26, o Boletim Focus. Considerando apenas as 70 respostas nos últimos cinco dias úteis, a expectativa para o juro básico no fim deste ano também seguiu em 13,75%. Pág. 04

OCDE: guerra da Rússia na Ucrânia deve custar US$ 2,8 trilhões à economia global

Pág. 05

Zelensky prevê inverno 'difícil'; Rússia tem protestos e já prendeu 2 mil

Pág. 05

Irã tem manifestações em ao menos 46 cidades, após morte de Mahsa Amini

Pág. 05

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.212,00
IPCA (IBGE) - mês	-0,36%
IGP-M (FGV) - mês	-0,70%
IPC (FIPE) - mês	0,12%
TR pré	0,1504%
Taxa básica financeira - TBF	0,9516%
Ibovespa (pontos)	109.114
Poupança (mês)	0,65%
CDB pré 30 dias - ano	13,24%
CDB pré 90 dias - ano	13,29%
CDI acumulado - mês	0,87%
CDI anualizado	13,65%
Dólar comercial	R$ 5,3810/R$ 5,3810
Dolar turismo	R$ 5,5000/R$ 5,6050
Euro turismo	R$ 5,1740/R$ 5,1750

LEIS & PROJETOS

Projeto isenta de IR o Auxílio Brasil, o Auxílio Gás e auxílios a transportador autônomo e taxistas

O Projeto de Lei 2166/22 isenta do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) os valores do Auxílio Brasil, do Auxílio Gás e dos auxílios recebidos por transportadores autônomos de cargas e taxistas. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

Autor da proposta, o deputado Nereu Crispim (PSD-RS) lembra que, em junho, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 123, que permitiu ao governo federal gastar fora do teto de gastos neste ano mais R$ 41,25 bilhões para aumentar benefícios sociais, conceder ajuda financeira a caminhoneiros e taxistas, ampliar a compra de alimentos para pessoas de baixa renda e diminuir tributos do etanol. "Ao não promover a atualização da tabela do IRPF, muitos beneficiários preencherão os requisitos para o pagamento do imposto (ganhar mais de R$ 28.559,70 no ano). Ou seja, o Estado fornece ao cidadão os benefícios sociais e, ao mesmo tempo, retira deles ao cobrar os impostos", critica o deputado. O projeto altera a Lei 9.250/95.

Tramitação - A proposta será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Proposta permite aos municípios usar ata de preços formalizada em licitação por outra prefeitura

O Projeto de Lei 2228/22 possibilita a adesão de entes públicos locais a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal que tenha sido formalizada mediante licitação. O texto em análise na Câmara dos Deputados insere o dispositivo na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Conforme essa lei, a ata de registro de preços é um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual serão registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital.

Segundo o autor da proposta, deputado Otto Alencar Filho (PSD-BA), a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios podem hoje aderir a atas de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital.

Celeridade nas contratações - "Pela lei, atualmente os municípios não estão autorizados a aderir a atas de registro de preços de outros municípios", disse o deputado. "Mas a possibilidade de uma prefeitura aderir a atas de registro de preços de outros entes municipais poderia contribuir para a celeridade nas contratações públicas", analisou.

Alencar Filho ressaltou que, como parte dos municípios enfrenta dificuldades no controle dos gastos públicos, o projeto restringe a eventual adesão apenas a atas de registro de preços formalizadas mediante licitação. "Com isso, os municípios não poderão acompanhar os valores decorrentes de contratação direta", disse.

PL inclui conceito de transporte escolar no Código de Trânsito

O Projeto de Lei 2297/22 inclui no Código de Trânsito Brasileiro o conceito de transporte escolar. O objetivo é considerar como condução escolar o deslocamento entre a residência do aluno e qualquer local relacionado a atividades escolares, mesmo as extracurriculares (como curso de idiomas).

A proposta, em tramitação na Câmara dos Deputados, é do deputado Abou Anni (União-SP). Ele afirma que hoje, por falta de uma definição legal, nem todos os tipos de transporte de estudantes são caracterizados pelos municípios como transporte escolar. O deputado cita o caso de São Paulo, onde o conceito compreende somente os trajetos entre a casa do aluno e a escola. "É necessário esclarecer e estabelecer a abrangência da lei federal, razão pela qual sugerimos a introdução do conceito de transporte escolar, que contempla, além dos deslocamentos para a escola, os trajetos para atividades extracurriculares das mais variadas finalidades", disse Anni.

Proposta exige que supermercados informem aumento nos preços de produtos

O Projeto de Lei 2314/22 exige que hipermercados, supermercados e atacadistas disponibilizem no interior das lojas um informativo listando os dez produtos que mais tiveram aumento no preço nos últimos 15 dias. O texto está em análise na Câmara dos Deputados. Conforme a proposta, a ideia é demonstrar a evolução dos preços. O informativo deverá trazer os nomes dos produtos, as marcas, os valores cobrados nos 15 dias anteriores, as porcentagens de aumento e os preços já atualizados.

"Trata-se de recurso que permitirá aos consumidores efetuar o planejamento orçamentário antes de iniciar as compras, podendo substituir, acrescentar ou optar por não comprar determinada mercadoria", afirmou o autor da proposta, deputado Flávio Nogueira (PT-PI).

"Vivemos hoje um período de aumento desenfreado nos preços dos alimentos, principalmente na cesta básica. Milhares de famílias há meses estão eliminando da lista de compras vários itens, promovendo substituições e, em muitos casos, até mesmo reduzindo o número de refeições por dia", continuou o parlamentar.

Associações de vigilantes pedem porte de arma fora do local de trabalho

O Projeto de Lei 2712/21, que permite que os vigilantes de empresas de segurança privada portem armas fora do ambiente de trabalho tem sido tema recorrente na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados.

Atualmente, existem várias propostas sobre o tema em análise na Câmara. Para o presidente da Associação de Delegados de Polícia do Brasil, Rodolfo Queiroz Laterza, é preciso construir um texto final claro, para não haver insegurança jurídica para os vigilantes.

"É muito importante que haja uma clareza; caso contrário, por mais que a proposição legislativa, o espírito da lei, seja ótimo [infelizmente no Brasil funciona assim], fica difícil trazer uma regulamentação adequada, e isso gera insegurança para os profissionais", disse.

O presidente da Associação Nacional Vigilantes com Orgulho, Giovane Rodrigues, afirmou que é preciso garantir o porte de arma para os profissionais, que, em sua opinião, são vítimas de preconceito, uma vez que passam por treinamento e são testados a cada dois anos para garantir a segurança de pessoas e de patrimônio.

"Nós entendemos que a nossa atividade tem relevância nacional: nós protegemos vidas, e nós queremos simplesmente o direito de poder defender a própria vida".

(Foto: Câmara)

O deputado Antônio Furtado (União-RJ) é o autor do PL 2712/21, que altera o Estatuto do Desarmamento para garantir a posse de arma de fogo para os vigilantes também fora do ambiente de trabalho.

Treinamento - O deputado Antônio Furtado (União-RJ) é o autor do PL 2712/21, que altera o Estatuto do Desarmamento para garantir a posse de arma de fogo para os vigilantes também fora do ambiente de trabalho.

Antônio Furtado lembrou que os vigilantes de empresas sérias recebem treinamento da Polícia Federal para exercer suas funções, e por isso podem representar um reforço também na segurança pública. "Muitas vezes, esse vigilante pode se deparar com um crime e pode atuar sim, como o próprio Código de Processo Penal prevê, como um agente para salvaguardar a segurança em todo o país".

O diretor da Federação Nacional dos Policiais Federais, Marcus Vinícius Avelino, afirmou que já existe previsão legal para que os vigilantes tenham o porte de armas, uma vez que isso é garantido por lei para qualquer pessoa que preencha os requisitos da Polícia Federal.

Deputado propõe regras para regularização de terras quilombolas

(Foto: Câmara)

O autor da proposta, deputado Coronel Armando.

O Projeto de Lei 1942/22 estipula regras para regularização de território quilombola. Pelo texto, será reconhecida a posse definitiva da terra aos remanescentes das comunidades dos quilombos que a estavam ocupando efetivamente em 5 de outubro de 1988 (data em que foi promulgada a atual Constituição). Dessa forma, a ausência da comunidade na área pretendida nesta data impede a demanda pela posse, exceto nos casos de disputa sobre o território ainda não solucionada.

As regras atuais não estipulam um marco temporal para reivindicar a titularidade quilombola (Decreto 4.887/03).

Para o autor da proposta, deputado Coronel Armando (PL-SC), essa norma tornou "difícil ou até impossível" a comprovação da presença de reais remanescentes de escravos nas terras pleiteadas. "A todo momento, imbuídos apenas pelo critério de autodefinição, surgem novos pleitos de reconhecimento como quilombolas", frisou.

Os quilombolas são considerados grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à escravidão.

Incra - As normas atuais atribuem ao Incra a competência de emitir título de posse aos territórios quilombolas localizados em terras públicas federais ou que incidem em áreas de particulares. O título é concedido após o instituto intermediar processo que envolve identificação de terra, negociações entre interessados e julgamento de possíveis recursos. O texto em análise na Câmara dos Deputados mantém essa atribuição, mas confere ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento a palavra final sobre o reconhecimento do território.

Comissão aprova novo critério de renda para solicitação de Benefício de Prestação Continuada

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou, em 11 de julho, o Projeto de Lei 4161/21, que modifica alguns dos critérios de elegibilidade para o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O texto aprovado altera a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

O relator, deputado Vilson da Fetaemg (PSB-MG), recomendou a aprovação. "As medidas propostas representam avanço importante na consecução do objetivo constitucional de assegurar condições de vida mais dignas", disse o relator.

Atualmente, o BPC destina um salário mínimo mensal (R$ 1.212, em valores atualizados) à pessoa com deficiência ou com 65 anos ou mais que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida pela família. Conforme o projeto, terão direito ao benefício a pessoa com deficiência ou idosa com renda familiar mensal per capita igual ou inferior a 3/4 do salário mínimo, ou R$ 909 em valores de 2022. Atualmente, pela Loas, a renda familiar mensal per capita exigida deve ser igual ou inferior a 1/4 do salário mínimo, ou R$ 303.

O projeto também suprime do cálculo da renda familiar mensal do requerente o montante de até dois salários mínimos (R$ 2.424) recebido por outro integrante como BPC ou benefício previdenciário (aposentadoria ou auxílios). Hoje não são computados os ganhos similares desde que acumulem até um salário mínimo.

Por fim, a proposta determina que a eventual contratação remunerada de pessoa com deficiência como aprendiz ou estagiário não acarretará a suspensão do BPC desde que o período concomitante não ultrapasse dois anos. Atualmente, a Loas trata apenas da hipótese de contratação remunerada na condição de aprendiz.

(Foto: Câmara)

"A renda familiar exigida atualmente para se requerer o BPC inviabiliza que esse programa social atinja uma parcela considerável de pessoas que dele necessitam urgentemente", disse o autor da proposta, deputado Marcos Soares (União-RJ).

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques — Administração
Elaine Fernandes — Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Auditado e Certificado

AUTENTICIDADE DA PÁGINA
Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário de Notícias em seu site de notícias.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

TSE mantém proibição a Bolsonaro de fazer lives eleitorais no Alvorada

O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, manteve domingo, 25, a decisão que proibiu o presidente Jair Bolsonaro de fazer lives de cunho eleitoral usando bens públicos, como a estrutura do Palácio da Alvorada. O magistrado negou um pedido da campanha do chefe do Executivo à reeleição, que evocou 'inviolabilidade de domicílio' ao se referir ao Alvorada. A alegação foi rechaçada 'de pronto' por Gonçalves, que destacou que o caso em questão não envolvia 'atos da vida privada' do presidente ou 'da intimidade de seu convívio familiar' no Alvorada, mas a 'destinação do bem público para a prática de ato de propaganda explícita, com pedido de votos para si e terceiros, veiculados por canais oficiais do candidato registrados no Tribunal Superior Eleitoral, e que alcançou mais de 300.000 visualizações'.

(Foto: STJ)

O magistrado apontou que 'jamais seria admissível' que um presidente, governador ou prefeito abrisse as portas de uma residência oficial para realizar comício dirigido a 30 ou 300 eleitores.

Em seu despacho, o corregedor ressaltou que a Lei Eleitoral não autorizou chefes do Executivo, candidatos à reeleição, a 'converterem bens públicos de uso privativo, custeados pelo Erário, em bens disponibilizados, sem reservas, à conveniência da campanha à reeleição'. "No caso da residência oficial, os atos de campanha que a lei autoriza são eminentemente voltados para arranjos internos, permitindo-se ao Presidente receber interlocutores, reservadamente, com o objetivo de traçar estratégias e alianças políticas. Em síntese, não se permitiu a realização de atos públicos, em que o candidato se apresenta ao eleitorado com o objetivo de divulgar propaganda", ressaltou. O magistrado apontou que 'jamais seria admissível' que um presidente, governador ou prefeito abrisse as portas de uma residência oficial para realizar comício dirigido a 30 ou 300 eleitores.

Governo Bolsonaro decreta sigilo de 100 anos até em visitas a Michelle

(Foto: EBC)

Nomes de quem visitou a primeira-dama Michelle Bolsonaro no Palácio da Alvorada, telegramas do Itamaraty sobre a prisão do ex-jogador Ronaldinho Gaúcho no Paraguai e de médico bolsonarista no Egito, a carteira de vacinação do presidente. É tudo sigiloso. Levantamento do Estadão mostra que entre 2019 e 2022 o governo Jair Bolsonaro impôs segredo de 100 anos a informações que deveriam ser públicas em ao menos 65 casos.

Sob alegação de que os documentos continham informações pessoais, o governo rejeitou pedidos apresentados por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) em 11 diferentes ministérios.

A lista inclui pedidos ao Exército sobre a apuração disciplinar do ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello. O sigilo de 100 anos para o processo disciplinar do oficial expôs uma prática adotada pela gestão Bolsonaro que, segundo especialistas, vem dando mostras de estar mais preocupada em esconder do que abrir os arquivos do governo. "É o governo da opacidade generalizada", disse a gerente de projetos da Transparência Brasil, Marina Atoji. "São coisas que o governo não gostaria de mostrar."

Com a campanha presidencial, o tema virou mote para atacar Bolsonaro. Seu principal adversário, o petista Luiz Inácio Lula da Silva, tem criticado a medida em programas eleitorais, entrevistas e debates. "Vou acabar com o sigilo dele no primeiro mês. Ele fez o decreto do sigilo e vou decretar o fim. Quem não deve não teme", afirmou o petista durante evento no Rio domingo, 25.

Em abril, quando cobrado a revelar as visitas de pastores envolvidos no escândalo do Ministério da Educação (MEC), Bolsonaro reagiu com ironia: "em 100 anos saberá". Em agosto, com a candidatura à reeleição na rua, mudou o tom. Numa entrevista, tentou justificar a necessidade de informações sobre visitas ao Alvorada não serem públicas e disse que "não deve satisfação a ninguém".

28 deputados que buscam a reeleição propuseram só um projeto de lei por ano

Dos 448 deputados federais candidatos à reeleição, 28 apresentaram uma média de um projeto de lei ou menos por ano na atual legislatura. Eles buscam mais um mandato justamente na Casa do Congresso que representa o povo e tem como atribuição básica a elaboração, o debate e a aprovação de leis. Quatro parlamentares não enviaram projeto algum: Nilson Pinto (PSDB-PA), Junior Lourenço (PL-MA), Cristiano Vale (PP-PA) e Hermes Parcianello (MDB-PR).

(Foto: EBC)

Ao todo, foram 15.929 projetos levados à Câmara pelos 513 deputados em pouco mais de três anos e meio. A média é de 31 iniciativas por congressista - cerca de oito por ano. A atuação de um deputado não se resume à apresentação de PLs, mas eles são o principal e mais corriqueiro instrumento do Legislativo.

O Estadão coletou os dados no Portal da Transparência da Casa. O levantamento considera as propostas de lei feitas até o início deste mês e descartou suplentes ou aqueles que se licenciaram do cargo para assumir outras funções).

Há 23 anos em Brasília, Nilson Pinto está desde 2015 sem sugerir um projeto de lei. "Não acredito que este país precise de mais uma leizinha", disse. O deputado afirmou que tem se dedicado a PECs. No atual mandato, ele apresentou uma e redigiu 36 emendas a PECs, além de participar da elaboração do Orçamento. Todas as iniciativas, porém, foram em coautoria.

Já Parcianello está no sétimo mandato e, desde 2012, não propõe nenhum PL. "Frangão", como é conhecido, é vice-líder do MDB e já integrou quatro comissões, como suplente e titular. Procurado, não respondeu. Lourenço não foi localizado. Vale afirmou que "não visualizou nenhum problema específico" para motivar a apresentação de um PL.

Demandas - Cientista político e diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Julio Rocha disse que trabalho não falta aos deputados. "A quantidade reduzida de projetos de lei significa que a ação parlamentar também é reduzida. Um projeto por ano é muito insuficiente, porque as demandas sociais são constantes", afirmou.

Entre as atribuições de congressistas estão a fiscalização do Poder Executivo e a participação em comissões ou, ainda, na atividade partidária.

Lula tem 45%, Bolsonaro, 35%; Ciro, 7% e Simone, 4%, aponta pesquisa BTG/FSB

Pesquisa do Instituto FSB para presidente encomendada pelo banco BTG Pactual, divulgada ontem, 26, aponta o ex-presidente Lula na liderança com 45% das intenções de voto na estimulada a seis dias do primeiro turno, seguido pelo atual chefe do Executivo e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), com 35%.

Com relação à pesquisa anterior, de 19 de setembro, Lula cresceu 1 ponto porcentual (pp) dos 44%, e, no mesmo intervalo de uma semana, Bolsonaro permaneceu numericamente estável. Se considerados apenas os votos válidos, Lula teria 48% das intenções e Bolsonaro, 37%. No levantamento espontâneo o cenário é parecido: Lula tem 44% e Bolsonaro, 34%. Na pesquisa estimulada, Ciro Gomes permaneceu com os 7% da semana passada e Simone Tebet (MDB) registrou 4%, 1 pp a menos do que os 5% na amostra anterior.

Soraya Thronicke (União Brasil) e Felipe d'Avila (Novo) obtiveram 1% e os demais candidatos não pontuaram. A soma de brancos, nulos e nenhum dos candidatos foi 4%, não sabem ou não responderam foram 2%.

A pesquisa foi feita entre sexta-feira, 23, e domingo, 25, com 2 mil eleitores, intervalo de confiança de 95%, margem de erro de 2 pp e está registrada no TSE sob o número BR-08123/2022. O levantamento ocorre após a semana iniciada com a manifestação de apoio de ex-presidenciáveis a Lula, incluindo o do ex-ministro Henrique Meirelles (União Brasil).

Em MG, Zema mantém vantagem com 47%, diz pesquisa Genial/Quaest; Kalil tem 30%

O governador de Minas Gerais e candidato à reeleição, Romeu Zema (Novo), lidera a disputa estadual com 47% das intenções de voto. O dado é da pesquisa Genial/Quaest, divulgada ontem (26). Candidato apoiado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e principal adversário de Zema na corrida eleitoral, o ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil (PSD) vem em seguida, com 30%.

Com apoio do presidente Jair Bolsonaro (PL), Carlos Viana aparece em terceiro com 4%. Vanessa Portugal (PSTU), Renata Regina (PCB), Cabo Tristão (PMB) e Marcus Pestana (PSDB) estão empatados com 1%. O restante não pontuou. Brancos, nulos, indecisos e não pretendem votar somam 14%.

Com o cenário projetado, Zema venceria no primeiro turno, mas a pesquisa simulou um cenário de eventual segundo turno na disputa mineira. Zema venceria Kalil por um placar de 56% a 31%.

Senado - Cleitinho (PSC) é líder nas intenções de voto na corrida pelo Senado, com 24%. Em segundo lugar aparece Alexandre Silveira (PSD), com 15%. Na sequência, Marcelo Aro (PP) tem 11%, Sara Azevedo (PSOL), 4% e Bruno Miranda (PDT), 3%. Quem diz votar em "outros" soma 4%. Os indecisos são 25%. Brancos, nulos e não pretendem votar, 14%.

A pesquisa ouviu 2.000 pessoas entre os dias 22 a 25 de setembro A margem de erro é de dois pontos porcentuais, considerando um nível de confiança de 95%. A pesquisa foi registrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número MG-07243/2022 e BR-06005/2022.

Alvo de ciberataque, Gabriela Manssur é ameaçada e tem dados pessoais vazados

A candidata a deputada federal pelo MDB Gabriela Manssur, ex-promotora de Justiça e membro do grupo Justiceiras, foi alvo de ataques cibernéticos no último domingo, 25. Além de ameaças, ela teve seus dados pessoais vazados. A suspeita da emedebista é de que as mensagens recebidas por ela e por membros de suas equipes teriam sido articuladas por um "chan", nome dado a fóruns da deep web nos quais se veiculam discursos de ódio contra minorias políticas, como mulheres, negros e pessoas LGBT+.

De acordo com um vídeo que a candidata publicou nas suas redes sociais, na noite do domingo ela soube que ameaças estavam sendo direcionadas a ela e a membros da sua equipe. De acordo com a sua assessoria, Manssur teve sua conta do Instagram invadida, mas nesta segunda (26) ela já havia recuperado o acesso. "As palavras dirigidas à minha pessoa na ameaça que recebi vão desde 'vagabunda, da merda, vadia, porca, pessoa mais perigosa do mundo', referindo-se à minha atuação como um 'estrago muito maior do que fazem os negros, macacos e travecos na política'", afirma a ex-promotora. Nesta tarde ela formaliza denúncia perante a Polícia Federal, que poderá abrir inquérito para apurar o caso. A assessoria jurídica da candidata foi acionada e deverá levar as ameaças a conhecimento da justiça eleitoral.

TSE mantém proibição a Bolsonaro de fazer lives eleitorais no Alvorada

O corregedor-geral da Justiça Eleitoral, ministro Benedito Gonçalves, manteve no último domingo, 25, a decisão que proibiu o presidente Jair Bolsonaro de fazer lives de cunho eleitoral usando bens públicos, como a estrutura do Palácio da Alvorada. O magistrado negou um pedido da campanha do chefe do Executivo à reeleição, que evocou 'inviolabilidade de domicílio' ao se referir ao Alvorada. A alegação foi rechaçada 'de pronto' por Gonçalves, que destacou que o caso em questão não envolvia 'atos da vida privada' do presidente ou 'da intimidade de seu convívio familiar' no Alvorada, mas a 'destinação do bem público para a prática de ato de propaganda explícita, com pedido de votos para si e terceiros, veiculados por canais oficiais do candidato registrados no Tribunal Superior Eleitoral, e que alcançou mais de 300.000 visualizações'.

Em seu despacho, o corregedor ressaltou que a Lei Eleitoral não autorizou chefes do Executivo, candidatos à reeleição, a 'converterem bens públicos de uso privativo, custeados pelo Erário, em bens disponibilizados, sem reservas, à conveniência da campanha à reeleição'. "No caso da residência oficial, os atos de campanha que a lei autoriza são eminentemente voltados para arranjos internos, permitindo-se ao Presidente receber interlocutores, reservadamente, com o objetivo de traçar estratégias e alianças políticas. Em síntese, não se permitiu a realização de atos públicos, em que o candidato se apresenta ao eleitorado com o objetivo de divulgar propaganda", ressaltou. O magistrado apontou que 'jamais seria admissível' que um presidente, governador ou prefeito abrisse as portas de uma residência oficial para realizar comício dirigido a 30 ou 300 eleitores.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Mediana para Selic no fim de 2022 segue em 13,75%, projeta Focus

Com a conclusão do ciclo de aperto monetário na semana passada, o mercado financeiro manteve a projeção de que a taxa Selic encerrará ano em 13,75%, nível que foi mantido pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central em decisão dividida dentro do colegiado. No Boletim Focus, o porcentual estimado para 2022 já era de 13,75% um mês antes.

A mediana para a Selic no final de 2023 continuou em 11,25%, contra 11,00% há um mês. Considerando apenas as 70 respostas nos últimos cinco dias úteis, a expectativa para o juro básico no fim deste ano também seguiu em 13,75%. Para o término de 2023, as 69 revisões feitas nos últimos cinco dias úteis não alteraram a mediana de 11,25%.

Ao estacionar a Selic no patamar atual, o BC avisou que poderá retomar o aperto se a inflação não cair como o esperado no período à frente. "O Comitê se manterá vigilante, avaliando se a estratégia de manutenção da taxa básica de juros por período suficientemente prolongado será capaz de assegurar a convergência da inflação", completou o comunicado. Conforme o Boletim Focus, a previsão para a Selic no fim de 2024 continuou em 8,00%, mesmo porcentual de um mês atrás. Já a mediana para o fim de 2025 passou de 7,50% para 7,63%, ante 7,50% de quatro semanas antes.

FGV: confiança do consumidor sobe 5,4 pontos em setembro ante agosto, a 89 pontos

A confiança do consumidor subiu 5,4 pontos em setembro ante agosto, na série com ajuste sazonal, informou ontem, 26, a Fundação Getulio Vargas (FGV). O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) ficou em 89,0 pontos, no maior nível desde janeiro de 2020, quando estava em 90,4 pontos. Em médias móveis trimestrais, o índice avançou 3,3 pontos.

"A confiança dos consumidores sobe pelo quarto mês consecutivo, influenciada pelas perspectivas mais otimistas em relação aos próximos meses, que pela primeira vez atingem os 100 pontos desde março de 2019. Tal resultado parece estar relacionado com a queda nas expectativas de inflação dos consumidores para os próximos 12 meses e um aumento do otimismo em relação ao mercado de trabalho" avalia Viviane Seda Bittencourt, coordenadora das Sondagens do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

A coordenadora afirma que há um aumento na intenção de consumo, exceto para os consumidores de renda mais baixa, o que reflete ainda dificuldades dessa classe. "Além disso, a proximidade das eleições tem um efeito potencializador dessas expectativas. É necessário ter cautela nesses resultados, considerando uma política monetária ainda restritiva e a possibilidade de desaceleração da atividade econômica, que reduziria a velocidade de recuperação do mercado de trabalho", diz.

Importações crescem 27% neste mês e acumulado do ano atinge mais de US$ 194 bi

O Brasil importou 27,4% a mais na terceira semana de setembro em comparação com o mesmo período do mês anterior. O volume de produtos que entraram no país atingiu US$ 13,33 bilhões, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Economia. No acumulado do ano, de janeiro a setembro, as importações brasileiras tiveram um aumento de 30,1%, atingindo o montante de US$ 194,35 bilhões. Considerando o volume de exportações, a balança comercial na terceira semana deste mês teve um crescimento de 59,4%, com um superavit de US$ 3,67 bilhões. No acumulado do ano, a balança comercial atingiu superavit de US$47,55 bilhões. Esse montante, no entanto, é 11,5% menor do que o registrado no mesmo período do ano passado. Essa diferença se dá ao verificar o aumento do volume de exportações em relação ao de importações. O acumulado do ano do que foi vendido no mercado internacional teve um crescimento de 19,1%, um pouco mais da metade do percentual do volume que foi importado. As empresas que estão planejando comprar insumos, matéria-prima, ou mesmo produtos acabados no mercado exterior para comercialização no Brasil, precisam estar atentas ao que diz a legislação brasileira. A advogada Sandra Regina Dias Maranholi explica que entre as principais regras que o importador deve observar estão as relacionadas à especificação de mercadoria denominada Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). 'Antes de começar a importar, é preciso saber qual a classificação do produto, o chamado NCM, pois assim a empresa entende as obrigações tributárias e administrativas que precisa cumprir. Alguns produtos, porém, precisam de autorização ou certificação específica para liberação da mercadoria', aconselha.

CVM muda entendimento e vê fraude em operações do 'Faraó dos Bitcoins'

Preso pela Polícia Federal sob suspeita de comandar um esquema de pirâmide com criptomoedas, Glaidson Acácio dos Santos, que ficou conhecido como "Faraó dos Bitcoins", agora também está sob investigação na esfera administrativa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como resultado de um novo entendimento sobre o caso, a autarquia passou a acusar Santos de operação fraudulenta com valores mobiliários e oferta sem registro e dispensa. A mudança de postura do "xerife" do mercado é vista com atenção por especialistas, por dar indicações de como o colegiado vai reagir em outros casos envolvendo a negociação de criptoativos no País.

A fraude veio a público em agosto do ano passado, quando a Polícia Federal deflagrou a Operação Kryptos e revelou um esquema bilionário de transações fraudulentas no mercado de criptomoedas iniciado em Cabo Frio, na Região dos Lagos do Rio de Janeiro, e atribuído a Santos. Ele prometia rendimentos mensais de 10% aos clientes. A CVM chegou a receber denúncias sobre o esquema já em 2019, mas o entendimento à época era de que o caso não dizia respeito a valores mobiliários, o que o tirava da esfera de atuação da autarquia. Isso mudou com o acesso a dados da investigação criminal demonstrando que Santos aplicava, de fato, parte dos recursos dos clientes em criptoativos, como antecipou o jornal O Globo. "O colegiado anterior entendia que não se tratava de oferta pública de valores mobiliários. Agora, a CVM analisou o caso novamente e concluiu que estavam fazendo captação de poupança popular na forma de oferta pública de contrato de investimento coletivo, que chamavam de arbitragem de criptomoedas", afirma Leonardo Ugatti Peres, sócio do escritório de advocacia Azeredo Santos & Ugatti Peres e membro da Comissão de Mercado de Capitais da OAB.

IPCA para 2022 passa de 6,00% para 5,88%, aponta Focus

Após o Copom manter a Selic em 13,75% ao ano, o Boletim Focus mostrou novamente melhora das expectativas de inflação para 2022 e 2023, ao mesmo tempo em que apontou manutenção para 2024, para onde caminha o horizonte relevante de política monetária.

Para 2022, a estimativa para alta do IPCA - índice de inflação oficial - foi reduzida pela 13ª semana seguida, de 6,00% para 5,88%, reflexo das desonerações patrocinadas pelo governo para baixar combustíveis e energia e também do recuo dos preços da gasolina. Os dados foram divulgados ontem, 26.

Há um mês, a projeção era de 6,70%. Em relação a 2023, a mediana recuou pela sexta semana consecutiva, de 5,01% para 5,00%, contra 5,30% quatro semanas antes.

Considerando somente as 88 estimativas atualizadas nos últimos 5 dias úteis, a mediana para 2022 passou de 5,93% para 5,77%. Para 2023, permaneceu em 5,00%. Já a mediana para o IPCA de 2024 interrompeu a sequência de altas semanais e ficou estável em 3,50%, contra 3,41% há um mês. A previsão para 2025 permaneceu em 3,00%, porcentual estável por 63 semanas.

(Foto: EBC)

Em relação a 2023, a mediana recuou pela sexta semana consecutiva, de 5,01% para 5,00%, contra 5,30% quatro semanas antes.

Apesar da melhora considerável nas últimas semanas, as medianas divulgadas na Focus continuam a apontar para três anos consecutivos de estouro da meta, após o descumprimento do mandado do BC em 2021, com o IPCA de 10,06%.

O alvo para 2022 é de 3,50%, com tolerância superior de até 5,00%, enquanto, para 2023, a meta é de 3,25%, com banda até 4,75%. Já para 2024 e 2025, a meta é de 3,00%, com intervalo de 1,5% a 4,5%.

No Copom da semana passada, o BC atualizou suas projeções para a inflação com estimativas de 5,8% em 2022, 4,6 % em 2023 e 2,8% para 2024. O colegiado interrompeu o ciclo de aperto monetário após 12 altas consecutivas na taxa básica de juros.

Projeção do Focus de alta do PIB de 2022 passa de 2,65% para 2,67%

(Foto: EBC)

O mercado financeiro continuou a melhorar as estimativas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022, aponta o Boletim Focus divulgado ontem, 26. A projeção para a alta do PIB em 2022 passou de 2,65% para 2,67%, 13ª alta seguida, contra 2,10% há um mês. Já a estimativa para a expansão do PIB em 2023 permaneceu em 0,50%, ante 0,37% um mês antes.

Considerando apenas as 49 respostas nos últimos cinco dias úteis, a estimativa para o PIB no fim de 2022 seguiu em 2,70%. No caso de 2023, também houve 49 atualizações nos últimos cinco dias úteis, com variação da mediana de 0,50% para 0,58%.

O Relatório Focus ainda mostrou alta na projeção para o crescimento do PIB em 2024, de 1,70% para 1,75%. Para 2025, a mediana foi mantida em 2,00%. Quatro semanas atrás, as taxas eram de 1,80% e 2,00%, respectivamente.

Superávit primário - O Focus também mostrou nesta segunda prognóstico mais favorável para a relação entre resultado primário e o PIB deste ano, com o superávit previsto subindo de 0,75% para 0,90%. Há um mês, o porcentual era de 0,30% do PIB. Já a relação entre déficit nominal e PIB em 2022 passou de 6,70% para 6,40%, contra 6,80% de um mês atrás. O resultado primário reflete o saldo entre receitas e despesas do governo, antes do pagamento dos juros da dívida pública. Já o nominal reflete o saldo já após as despesas com juros. O relatório ainda trouxe alteração na projeção para o indicador que mede a relação entre a dívida líquida do setor público e o PIB para 2022. A mediana passou de 58,70% para 58,40%, de 59,00% um mês atrás. Para 2023, a estimativa para a dívida líquida em relação ao PIB passou de 63,17% para 63,23%, de 63,50% há um mês. A mediana para o déficit primário continuou em 0,50%. Para o rombo nominal, a estimativa permaneceu em 7,70%. Os porcentuais eram negativos em 0,49% e 7,70%, respectivamente, há quatro semanas.

Setor externo tem déficit de US$ 4,136 bilhões em julho, mostra BC

O resultado das transações correntes ficou negativo em julho deste ano, em US$ 4,136 bilhões, informou ontem, 26, o Banco Central. Este é o pior desempenho para meses de julho desde 2019, quando o saldo foi negativo em US$ 11,636 bilhões. Apesar da nova atualização, as estatísticas do setor externo continuam defasadas devido à greve dos servidores do BC, encerrada no início de julho. Neste momento, normalmente, os dados de agosto já estariam disponíveis. O número da conta corrente em julho ficou dentro do levantamento realizado pelo Projeções Broadcast, que tinha intervalo de déficit de US$ 6,30 bilhões a US$ 1,425 bilhão (mediana negativa em US$ 3,80 bilhões).

Pela metodologia do Banco Central, a balança comercial registrou saldo positivo de US$ 4,154 bilhões em julho, enquanto a conta de serviços ficou negativa em US$ 2,122 bilhões. A conta de renda primária também ficou deficitária, em US$ 6,535 bilhões. No caso da conta financeira, o resultado ficou negativo em US$ 3,915 bilhões.

Acumulado - No acumulado do ano até julho, o rombo nas contas externas soma US$ 18,411 bilhões. A estimativa atual do BC é de superávit na conta corrente de US$ 4 bilhões em 2022.

A projeção será atualizada no Relatório Trimestral de Inflação (RTI) desta semana.

Nos 12 meses até julho deste ano, o saldo das transações correntes está negativo em US$ 36,565 bilhões, o que representa 2,08% do Produto Interno Bruto (PIB). Este resultado é o maior déficit desde agosto de 2020 (2,22%).

Lucros e dividendos - A rubrica de lucros e dividendos do balanço de pagamentos apresentou saldo negativo de US$ 3,576 bilhões em julho, informou o Banco Central. A saída líquida é superior aos US$ 2,866 bilhões que deixaram no Brasil em igual mês do ano passado, já descontadas as entradas.

No acumulado do ano até julho, houve saída líquida de recursos via remessa de lucros e dividendos, de US$ 23,489 bilhões.

O BC informou também que as despesas com juros externos somaram US$ 2,970 bilhões em julho, ante US$ 3,499 bilhões em igual mês do ano passado.

Investimento Direto no País soma US$ 7,723 bilhões em julho, revela BC

Os Investimentos Diretos no País (IDP) somaram US$ 7,723 bilhões em julho, informou ontem, 26, o Banco Central. No mesmo período do ano passado, o montante havia sido de US$ 6,646 bilhões.

O resultado ficou dentro das estimativas apuradas pelo Projeções Broadcast, que iam de US$ 1,2 bilhão a US$ 12,486 bilhões, com mediana de US$ 4,0 bilhões.

Apesar da nova atualização, as estatísticas do setor externo continuam defasadas devido à greve dos servidores do BC, encerrada no início de julho. Neste momento, normalmente, os dados de agosto já estariam disponíveis.

No acumulado do ano até julho, o ingresso de investimentos estrangeiros destinados ao setor produtivo somou US$ 52,631 bilhões. A estimativa do BC para este ano é de IDP de US$ 55 bilhões. A projeção será atualizada no Relatório Trimestral de Inflação (RTI) desta semana.

No acumulado dos 12 meses até julho deste ano, o saldo de investimento estrangeiro ficou em US$ 65,603 bilhões, o que representa 3,73% do Produto Interno Bruto (PIB).

Investimento em ações - O investimento estrangeiro em ações brasileiras ficou negativo em US$ 1,232 bilhão em julho, informou o Banco Central. Em igual mês do ano passado, o resultado havia sido negativo em US$ 2,028 bilhões. No acumulado do ano até julho, o saldo ficou positivo em US$ 7,118 bilhões.

Já o investimento líquido em fundos de investimentos no Brasil ficou positivo em US$ 418 milhões em julho. No mesmo mês do ano passado, ele havia sido positivo em US$ 874 milhões. No acumulado do ano até julho, os fundos registram saídas líquidas de US$ 1,042 bilhão. O saldo de investimento estrangeiro em títulos de renda fixa negociados no País ficou positivo em US$ 755 milhões em julho. No mesmo mês do ano passado, havia ficado positivo em US$ 1,911 bilhão. No acumulado de 2022 até julho, o saldo em renda fixa ficou negativo em US$ 9,610 bilhões.

Taxa de rolagem - O Banco Central informou também que a taxa de rolagem de empréstimos de médio e longo prazos captados no exterior ficou em 83% em julho.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

OCDE: guerra da Rússia na Ucrânia deve custar US$ 2,8 trilhões à economia global

A guerra da Rússia na Ucrânia deverá custar à economia global US$ 2,8 trilhões em produção perdida até o fim de 2023, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

A estimativa do grupo de economias avançadas, que tem sede em Paris, expõe a magnitude do impacto econômico da invasão da Ucrânia por forças russas há cerca de sete meses, no pior conflito militar no continente desde a Segunda Guerra Mundial.

O ataque da Rússia deflagrou um salto nos preços de energia, que enfraqueceu os gastos das famílias e minou a confiança das empresas, particularmente na Europa. O conflito deslocou cadeias de suprimento, causou escassez de alimentos e de outros produtos essenciais e abalou os mercados financeiros globais.

Governos do Ocidente temem que a recente decisão da Rússia de convocar reservistas e fazer preparativos para anexar mais partes do território ucraniano possam prolongar a guerra por meses, talvez anos, alimentando as incertezas que já pesam na economia global.

"Estamos pagando um preço alto pela guerra", disse o economista-chefe interino da OCDE, Álvaro Santos Pereira.

Em relatório publicado ontem, 26, a OCDE prevê que a economia global crescerá 3% este ano e 2,2% no próximo. Antes da guerra, as projeções eram de avanços de 4,5% em 2022 e de 3,2% em 2023.

A diferença entre as estimativas significa que o conflito e suas consequências custarão ao mundo o equivalente à produção econômica gerada pela França ao longo desses dois anos.

A OCDE projeta que a zona do euro terá expansão de apenas 0,3% em 2023, com uma contração de 0,7% na Alemanha, maior economia da região. Em junho, a entidade esperava ver no próximo ano ganhos de 1,6% na zona do euro e de 1,7% na Alemanha.

Ainda no documento, a OCDE também alerta que a economia da Europa poderá sofrer ainda mais se os preços de energia voltarem a subir e um inverno rigoroso gerar racionamentos.

No caso dos EUA, a OCDE reduziu sua previsão de crescimento no próximo ano de 1,2% para 0,5%, mas ressaltou que uma desaceleração mais forte é possível se a inflação doméstica não moderar em ritmo tão rápido quanto o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) deseja.

A OCDE espera que a China se recupere de forma modesta em 2023, após o arrefecimento causado este ano por lockdowns relacionados à pandemia de covid-19. Em junho, a entidade previa expansão de 4,4% da economia chinesa em 2022, mas agora espera acréscimo de apenas 3,2%. Para 2023, projeta crescimento de 4,7%.

(Foto: EBC)

O ataque da Rússia deflagrou um salto nos preços de energia, que enfraqueceu os gastos das famílias e minou a confiança das empresas, particularmente na Europa.

Zelensky prevê inverno 'difícil'; Rússia tem protestos e já prendeu 2 mil

(Foto: EBC)

A atuação da Rússia para mobiliar 300 mil recrutas para compensar as perdas na Ucrânia é uma admissão tácita de que "seu Exército não é capaz de lutar", afirmou domingo, 25, o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky. Em entrevista à emissora CBS, ele também advertiu que o inverno local "será difícil", no momento em que Moscou eleva a pressão e a temperatura cai. Já na Rússia, continuavam as manifestações contra a convocação de mais soldados e a guerra, o que já levou a ao menos 2 mil prisões. Zelensky previu que a Rússia realize mais ataques contra a infraestrutura elétrica de seu país.

Ele qualificou a mobilização da Rússia, a primeira do tipo desde a Segunda Guerra, como um sinal de fraqueza, não de força. "Eles admitiram que seu Exército não é mais capaz de lutar com a Ucrânia."

No domingo, houve mais atos contra a Rússia na Rússia. No Daguestão, uma das regiões mais pobres do país, no norte do Cáucaso, a polícia disparou tiros de advertência para dispersar mais de 100 pessoas que bloquearam uma via, informou a imprensa local. Houve também protestos de mulheres na cidade de Yakutsk, na Sibéria. Ao menos 2 mil pessoas foram presas nos últimos dias por manifestações similares pelo país. Há relatos da imprensa russas, não confirmados oficialmente, de que o Kremlin poderia em breve fechar a fronteira para homens em idade de lutar, o que gera em alguns pânico e mobilização para tentar deixar o país.

EUA alertam Rússia sobre consequências catastróficas do uso de armas nucleares

O conselheiro de segurança nacional Jake Sullivan disse que os Estados Unidos alertaram a Rússia de que o país enfrentaria "consequências catastróficas" se usasse armas nucleares na Ucrânia.

"Nós comunicamos diretamente a oficiais do alto escalão russo que haverá consequências catastróficas para a Rússia se eles usarem armas nucleares na Ucrânia", disse Sullivan neste domingo no programa "This Week", da ABC News.

"Fomos claros e enfáticos que os Estados Unidos responderão decisivamente ao lado de nossos aliados e parceiros", disse. "Comunicamos aos russos quais seriam as consequências, mas tomamos cuidado ao falar sobre isso publicamente".

Na quarta-feira, o presidente russo Vladimir Putin anunciou uma mobilização parcial e emitiu um aviso velado de que poderia empregar a capacidade nuclear da Rússia se suas forças fossem encurraladas. "Quero lembrá-los de que nosso país também tem vários meios de destruição", disse Putin em um discurso televisionado. "E quando a integridade territorial de nosso país estiver ameaçada, para proteger a Rússia e nosso povo, certamente usaremos todos os meios à nossa disposição."

Funcionários do governo dizem que não detectaram indícios de que a Rússia esteja se preparando para usar armas nucleares. Sullivan acrescentou que o governo Biden continuará fornecendo armas para a Ucrânia apesar dos comentários de Putin.

(Foto: EBC)

O conselheiro de segurança nacional Jake Sullivan.

Irã tem manifestações em ao menos 46 cidades, após morte de Mahsa Amini

O Irã tem protestos em pelo menos 46 cidades do país, com a televisão estatal sugerindo que ao menos 41 pessoas tenham morrido em meio às manifestações dos últimos dias. As manifestações ocorrem desde 17 de setembro, com a contagem a partir de declarações oficiais em ao menos 13 mortos, além de mais de 1.200 manifestantes presos.

O Ministério das Relações Exteriores do Irã afirmou domingo, 25, que convocou o embaixador britânico para protestar contra o que descreveu como atmosfera hostil criada pela mídia em língua farsi sediada em Londres. Teerã também criticou agências de notícias e convocou o embaixador da Noruega no país para protestar contra recentes declarações do presidente do Parlamento norueguês, Masud Gharahkhani.

O estopim dos protestos foi a morte de Mahsa Amini, de 22 anos, detida pela polícia da moralidade do país e morta enquanto estava sob custódia das autoridades. Confrontos entre manifestantes e as forças de segurança continuavam a ocorrer.

Amini foi detida pela polícia em Teerã por supostamente estar com seu véu islâmico muito frouxo sobre a cabeça.

Massacre na Rússia: atirador vestido com símbolos nazistas ataca escola e mata 13

Um homem vestido com roupas com símbolos nazistas abriu fogo contra alunos e funcionários de uma escola de ensino básico na cidade de Izhevsk, na Rússia, matando do ao menos 13 pessoas, incluindo sete crianças, na manhã de ontem, 26. De acordo com autoridades russas, outras 21 pessoas ficaram feridas durante o ataque.

O Comitê de Investigação da Rússia informou que o ataque aconteceu na escola de número 88 de Izhevsk, que recebe turmas do 1° ao 11° ano do ensino básico. Ainda de acordo com o comitê, o atirador foi identificado como Artiom Kazantsev, de 34 anos, um ex-aluno da escola.

Em um comunicado, o comitê informou que Kazantsev usava uma camisa preta com símbolos nazistas no momento do ataque. A Guarda Nacional da Rússia afirmou que o atirador utilizou duas pistolas não letais adaptadas para disparar munição real para produzir o ataque.

"Treze pessoas, incluindo seis adultos e sete menores de idade, morreram neste crime", afirma o comunicado o comitê. A nota informa ainda que 14 crianças e sete adultos ficaram feridos".

Itália: Fittipaldi e Matarazzo perdem pleito ao Senado; Brasil tem vaga na Câmara

Nomes mais conhecidos do público brasileiro na disputa pelas vagas reservadas à América do Sul no Parlamento da Itália, o ex-piloto de Fórmula 1 Emerson Fittipaldi (Forza Italia) e o ex-ministro Andrea Matarazzo (PSI) perderam a disputa pela única vaga ao Senado destinada à região. Contudo, a comunidade italiana no Brasil continuará com representação na política do país europeu com a vitória de Fabio Porta (Partido Democrático) para a Câmara.

A Itália é um dos poucos países europeus a reservar vagas no Legislativo aos integrantes de suas comunidades de expatriados. A votação, no entanto, não reserva vagas a candidatos de um único país, mas de uma região - o que significa que os candidatos brasileiros disputaram com adversários de outros 12 países (na divisão feita pelo governo italiano, candidatos de Trinidad e Tobago concorrem pela região).

Fittipaldi foi o candidato ao Senado mais votado no Brasil, com 31.386 votos, de acordo com o sistema integrado de divulgação de dados eleitorais da Itália. Matarazzo ficou em 2° lugar, com 27 202 votos. Nenhum dos candidatos, no entanto, superou Mario Alejandro Borghese, da Argentina, que obteve 58.233 votos.

Na disputa pela Câmara, o ex-senador Fabio Porta conquistou uma das duas vagas destinadas ao continente. Porta foi o mais votado da coalizão de centro-esquerda liderada pelo Partido Democrático, com 22.436 votos. A outra vaga ficou com um representante argentino, Franco Tirelli, que obteve 44.468 votos.

Parceiros da UE sinalizam desconforto após direita vencer eleição na Itália

Parceiros da Itália na União Europeia sinalizaram desconforto, ou mesmo vigilância, após a vitória de uma coalizão de direita na eleição geral italiana. O resultado gera questões preocupantes sobre se Roma manterá os compromissos com os princípios do bloco, sua legislação e suas ambições.

A premiê da França, Élisabeth Borne, afirmou que seu governo e autoridades da UE estarão observando para garantir que os direitos humanos básicos sejam garantidos na Itália, após o partido Irmãos da Itália, de extrema-direita, ficar em primeiro na disputa parlamentar deste domingo. Antes da eleição, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que o bloco "tem os instrumentos" para lidar com qualquer país se as coisas "caminharem para uma situação difícil".

Líderes europeus avaliam para ver qual Meloni estará presente, a que se manifestou contra direitos LGBT, a violência islâmica e a imigração em massa, além de criticar burocratas de Bruxelas, ou a política com tom mais calmo na retórica das últimas semanas, que apoiou o envio de ajuda da UE à Ucrânia.

CONTEXTO JURÍDICO

Lei do PR que obriga municípios a destinarem parte do ICMS a reservas indígenas é inconstitucional

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou a Lei 12.690/1999 do Paraná, que obriga os municípios a aplicarem 50% do repasse constitucional do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) diretamente em áreas indígenas localizadas em seus territórios. Em sessão virtual encerrada em 16/9, o colegiado, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2355. A ação foi ajuizada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), para quem a lei estadual fere a autonomia dos municípios para gerir o próprio orçamento e o destino que os recursos devem ter. A decisão de mérito confirma a liminar, anteriormente deferida pela Corte, que havia suspendido os efeitos da lei. O colegiado seguiu o voto do relator, ministro Nunes Marques, que lembrou que a jurisprudência do Supremo se firmou no sentido de que a parcela devida aos municípios na repartição constitucional de receitas lhes pertence "de pleno direito", não cabendo qualquer forma de condicionamento ou de retenção pelos estados.

"Uma vez incorporados os valores ao patrimônio, o titular poderá dar-lhes a destinação orçamentária que entender pertinente", afirmou.

STF inicia julgamento de ação rescisória sobre aplicação de normas de incidência do IOF

Na sessão de quinta-feira (22), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar Ação Rescisória (AR 1718) ajuizada pela União contra decisão monocrática proferida no Recurso Extraordinário (RE) 263464, que analisou a constitucionalidade de dispositivos da Lei 8.033/1990 que tratam de hipóteses de incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Após três votos, o julgamento foi suspenso e será retomado na sessão da próxima quarta-feira (28). Na ação, a União alega que, ao dar provimento ao recurso, o ministro Maurício Corrêa (falecido) compreendeu de maneira equivocada os elementos da causa e considerou a incidência do imposto sobre ouro (ativo financeiro), ao invés de julgar a base de incidência como títulos e valores mobiliários.

O ministro Edson Fachin (relator) votou pela procedência da ação rescisória, por entender que houve erro de fato na decisão questionada ao não tratar da questão objeto do recurso. A matéria objeto do RE 263464, segundo o ministro, não era a inconstitucionalidade dos incisos II e III do artigo 1º da Lei 8.033/1990 (imposto sobre ouro), mas sim a inconstitucionalidade da incidência do IOF sobre títulos e valores mobiliários, instituído por outro dispositivo da mesma lei.

Empresas questionam prorrogação de permissões de transporte alternativo intermunicipal no Piauí

A Associação Brasileira das Empresa de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati) ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 7241) contra norma do Piauí que prorroga, por 10 anos, as permissões para o serviço de transporte alternativo intermunicipal de passageiros. A ação será relatada pelo ministro Dias Toffoli.

Segundo a associação do setor, o Estado do Piauí realizou, em 1999, procedimento licitatório para o transporte alternativo, com validade de cinco anos. Terminado esse período, por meio da Lei estadual 5.860/2009, regulamentou o sistema de transporte intermunicipal de passageiros nessa modalidade e prorrogou os contratos apenas até a homologação da nova licitação, que ocorreu em 2014. Contudo, a Lei estadual 7.844/2022 alterou a norma anterior para estender a validade das permissões decorrentes da concorrência pública anterior por mais 10 anos. A Abrati sustenta que a atual licitação, realizada em 2013, coexiste com antigos contratos de concessões que já deveriam ter sido extintos. De acordo com a entidade, o STF tem entendimento sobre o dever de licitar para a delegação de serviços públicos, exceto em casos excepcionais (Tema 854 de repercussão geral).

Ministro Jorge Mussi indefere HC que pedia autorização para aborto de gêmeos siameses

Destacando não se tratar de caso de anencefalia, o ministro Jorge Mussi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), indeferiu habeas corpus impetrado em favor de uma mulher para que ela pudesse interromper a gestação de gêmeos siameses. O pedido de autorização havia sido negado em primeiro grau, e o relator no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS) não conheceu do habeas corpus impetrado pela defesa da gestante. O habeas corpus no STJ era contra essa última decisão.

Segundo os autos, a gestante correria risco de morrer se fosse mantida a gravidez dos gêmeos xifópagos, que apresentam diversas malformações e não têm chances reais de vida extrauterina.

Perante o STJ, a defesa alegou que, embora a condição de gêmeos siameses não autorize, por si só, a interrupção da gravidez, a hipótese se assemelha aos casos de fetos com anencefalia, cujo aborto foi permitido pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Direito Fundamental 54.

Subsidiariamente, pediu que fosse determinado ao TJRS, em caráter emergencial, o conhecimento e o processamento do habeas corpus ali impetrado. Para o relator, ministro Jorge Mussi, não houve no caso o necessário exaurimento da instância antecedente, o que impede a análise do pleito pelo STJ, sob pena de indevida supressão de instância.

Barroso restabelece mandato do vereador Renato Freitas, de Curitiba

(Foto: STF)

Barrosos considerou que houve, por parte da Câmara Municipal restrição ao direito fundamental à liberdade de expressão do parlamentar, exercida em defesa de grupo vulnerável.

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), restabeleceu o mandato do vereador Renato Freitas, de Curitiba, cassado em função de sua participação em protesto contra o racismo nas dependências da igreja do Rosário, na capital paranaense, após casos de homicídio de pessoas negras com grande repercussão nacional. Com a suspensão da cassação, Freitas poderá participar das eleições deste ano.

A liminar também suspendeu a eficácia de decisões do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), que negaram pedidos de tutela antecipada e mantiveram o ato da Câmara que decretou a cassação por quebra de decoro parlamentar.

Na Reclamação (RCL) 55948, o vereador afirma que o processo de cassação durou mais que 90 dias, prazo máximo previsto na legislação (Decreto-Lei 201/1967, artigo 5º, VII). Ele relata que o TJ-PR manteve o ato de cassação porque o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal prevê a prorrogação do prazo de duração do processo.

Freitas argumenta que as decisões do TJ-PR desrespeitaram a jurisprudência do Supremo (Súmula Vinculante 46), segundo a qual "a definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são da competência legislativa privativa da União". Aponta, ainda, que a manutenção das decisões implicaria dano grave e irreparável, já que além da subtração do mandato, ocasionaria o indeferimento do registro de sua candidatura a deputado estadual.

Na decisão, Barroso considerou a alegação de que o processo de cassação deve ser disciplinado por norma federal e não local, o que limita a duração do procedimento em 90 dias corridos. Ele salientou que as garantias legais do processo de cassação do mandato visam a proteger não só o direito individual do parlamentar, mas, sobretudo, o princípio democrático. "Em respeito ao voto popular, tal punição deve resultar de procedimento que observe com rigor as exigências legais", disse. Para o ministro, a punição da Câmara Municipal é ainda mais relevante, pois importou em restrição ao direito fundamental à liberdade de expressão do parlamentar, exercida em defesa de grupo vulnerável, submetido a constantes episódios de violência. "Em respeito ao voto popular, tal punição deve resultar de procedimento que observe com rigor as exigências legais", afirmou.

Barroso frisou que, mesmo sem antecipar julgamentos, é impossível dissociar a cassação do mandato do pano de fundo do racismo estrutural da sociedade brasileira. Segundo ele, essa disfunção, ligada ao colonialismo e à escravização em sua origem, se manifesta não apenas em situações de discriminação direta ou intencional, como também na desigualdade de oportunidades e na disparidade de tratamento da população negra. "Na situação aqui examinada, e talvez não por acaso, o protesto pacífico em favor de vidas negras, feito pelo vereador reclamante dentro de igreja, motivou a primeira cassação de mandato na história da Câmara Municipal de Curitiba", afirmou".

Lewandowski suspende ações penais contra deputado Pedro Paulo, Eduardo Paes e ex-ministro Paulo Bernardo

(Foto: STF)

O ministro Ricardo Lewandowski destacou que as provas foram consideradas imprestáveis pela Segunda Turma do STF em razão da comprovada contaminação do material probatório produzido no âmbito do juízo da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba.

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a suspensão de ações penais e de procedimentos investigatórios contra o deputado federal Pedro Paulo Teixeira (PSD-RJ), o prefeito do Rio de Janeiro (RJ), Eduardo Paes, e o ex-ministro Paulo Bernardo.

A providência, tomada nos autos da Reclamação (RCL) 43007, estendeu aos três os efeitos da decisão que declarou a impossibilidade de que elementos obtidos por meio do acordo de leniência da Odebrecht fossem utilizados como prova, direta ou indiretamente, contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na ação penal referente à sede do Instituto Lula.

Para conceder as extensões, Lewandowski constatou que os elementos de provas utilizados para apresentar e fundamentar o recebimento das denúncias foram obtidos a partir dos sistemas Drousys e My Web Day B, utilizados no acordo de leniência celebrado pela Odebrecht. O ministro salientou que a situação fática apresentada nos pedidos é exatamente igual à do ex-presidente.

O ministro destacou que as provas foram consideradas imprestáveis pela Segunda Turma do STF em razão da comprovada contaminação do material probatório produzido no âmbito do juízo da 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba, tanto pela declaração de suspeição do ex-juiz Sérgio Moro e da incompetência dos integrantes da força-tarefa da Lava-Jato para efetuar investigações, quanto por sua manipulação inadequada.

A ação contra Paulo Bernardo, pelo suposto recebimento de vantagem indevida, tramita na Justiça Federal em Porto Alegre (RS). As ações e procedimentos investigatórios contra Pedro Paulo e Eduardo Paes, envolvendo a acusação de caixa 2 eleitoral, tramitam na Justiça Eleitoral e na Justiça Federal no Rio de Janeiro.

Supremo anula transformação de cargos sem concurso público no TJM-SP

O Supremo Tribunal Federal (STF) declarou a inconstitucionalidade de lei paulista que transforma cargos de agente administrativo judiciário, de ensino fundamental, em cargos de escrevente técnico judiciário, de nível médio, ambos do quadro de pessoal do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo (TJM-SP). A decisão unânime do Plenário foi tomada na sessão virtual encerrada no dia 16/9.

Autor da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6853, o procurador-geral República, Augusto Aras, questionava a validade da Lei Complementar estadual 1.284/2016, ao argumento de não ter sido observada a necessidade de realização de concurso público para acesso a cargos públicos, nos termos do artigo 37, inciso II, da Constituição Federal. Alegava que se trata de hipótese de ascensão funcional, vedada pelo texto constitucional e pela jurisprudência do STF.

A lei permite aos ocupantes do cargo de nível fundamental optarem pelo reenquadramento mediante simples requerimento e com a comprovação de terem concluído o ensino médio e o curso de capacitação específico oferecido pelo próprio TJM-SP.

Obrigatoriedade de concurso público - Em voto que conduziu o julgamento, a ministra Rosa Weber (relatora) observou que a hipótese dos autos não é de mera reestruturação administrativa e que os cargos são distintos, além de apresentarem diferentes requisitos de ingresso, atribuições e remunerações. A ministra salientou que a Constituição Federal veda a possibilidade de acesso a cargos públicos sem prévia realização de concurso.

STF, RNCd e ABPEducom debatem ações de combate à desinformação em terceira live sobre "Educomunicação, Democracia e Eleições"

"Educomunicação, mobilização social e ativismo pela democracia" foi o tema da terceira live do Ciclo de Debates "Educomunicação, Democracia e Eleições", realizada quinta-feira (22). A iniciativa faz parte do Programa de Combate à Desinformação do Supremo Tribunal Federal (STF) em parceria com a Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCd), parceira do programa, e da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom), parceira da RNCd. A primeira palestrante foi a coordenadora de imprensa do STF, a jornalista Gabriela Guerreiro, que falou sobre o Programa de Combate à Desinformação (PCD) e as ações desenvolvidas buscando aproximar o Supremo da população. A jornalista destacou que, nos últimos anos, o STF tem sido alvo de diversas notícias falsas, que reproduzem falas e decisões nunca tomadas pelos ministros da Corte. E assinalou que esse problema se deve, em grande parte, ao desconhecimento da população em relação às atribuições do próprio Supremo, por isso defendeu a educação como melhor alternativa para o combate à desinformação.

"Pesquisa realizada por um dos nossos parceiros revelou que 78% dos brasileiros já ouviram falar no STF, e destes, 72% não sabem dizer uma única função do tribunal. Isso mostra que a educação é o melhor caminho para enfrentarmos a desinformação", observou.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ESPORTES

Ceni classifica final da Sul-Americana como 'jogo de uma década' e elogia rival

Apesar da goleada por 4 a 0 sobre o Avaí, no último domingo, pelo Brasileirão, o assunto que dominou a entrevista coletiva do técnico Rogério Ceni após o jogo foi a final da Copa Sul-Americana do próximo sábado, quando o São Paulo encara o Independiente Del Valle. Para o comandante, a equipe tricolor terá um adversário muito difícil pela frente, e classificou o duelo como o "jogo de uma década."

"É difícil para o são-paulino ficar longe de títulos. É um jogo de uma década, mas é também um jogo muito difícil. (Del Valle) é uma ótima equipe", disse Ceni. "Não vou pensar em momento nenhum como eu posso perder. Vou pensar em todas as possibilidades de ganhar."

Três vezes campeão mundial e da Libertadores, o São Paulo é o clube com o maior número de títulos internacionais do País. No entanto, a última vez que levantou a taça de um torneio deste tipo aconteceu em 2012, quando o tricolor paulista bateu o Tigre, 2 a 0, e conquistou justamente a Copa Sul-Americana.

Rogério Ceni aproveitou para destacar a evolução do clube nos últimos meses, não só dentro como também fora de campo. O treinador elogiou o aprimoramento da estrutura do Centro de Treinamento e no departamento de fisioterapia, o que proporcionou o desenvolvimento de um time forte dentro das quatro linhas.

(Foto: Divulgação)

Rogério Ceni aproveitou para destacar a evolução do clube nos últimos meses.

"Se o título não vier, vai ser difícil de entender, mas temos um São Paulo hoje muito mais competitivo. É um time que joga no Morumbi com 15, 20, 25 oportunidades de gol. É um time aguerrido, não desiste. Mas o que vai determinar para as pessoas como sucesso ou fracasso é o jogo de sábado. Infelizmente essa é a realidade", disse.

Autor de um dos gols na vitória deste domingo, Diego Costa teve o seu amadurecimento elogiado por Ceni na coletiva. O zagueiro herdou a braçadeira de capitão do time ao longo da temporada após início de ano ruim e pode ficar eternizado na história tricolor ao levantar a taça de campeão no sábado caso o São Paulo vença.

"(Diego) É um cara muito profissional, muito dedicado. Ele sabe que não pode cometer erros porque tem o Miranda, que quer jogar. Onde tem menos competitividade causa mais relaxamento. Ele tem se mostrado bastante maduro, independentemente do gol de hoje. E é um cara formado aqui, conhece os valores. Que ele possa repetir um menino da base dez anos atrás, o Lucas (Moura), e levantar a taça."

A vitória contra o Avaí colocou o São Paulo momentaneamente na décima posição do Brasileirão, com 37 pontos. O tricolor paulista volta a campo pela competição no dia 6 de outubro, pela 30ª rodada, contra o América-MG, fora de casa. O duelo com o Coritiba, pela 29ª rodada, foi adiado para o dia 20 do próximo mês por causa da final da Sul-Americana.

Capello lembra passagem de Ronaldo pelo Real Madrid: 'Gostava das festas'

(Foto: Divulgação)

Ex-treinador do Real Madrid, Fabio Capello.

Ex-treinador do Real Madrid, Fabio Capello comentou sobre a passagem de Ronaldo pelos merengues. No evento "Il Festival dello Sport", realizado no último domingo, ele relembra que foi responsável pela saída do Fenômeno da Espanha.

Conhecido por seu estilo disciplinador com os jogadores, o técnico italiano conta que, durante sua segunda passagem pelo Real Madrid como técnico, Ronaldo muitas vezes faltava aos treinamentos. "Algumas vezes ele nem sequer treinava. Gostava muito de festas e mulheres", contou Capello.

"Ser treinador do Real Madrid é uma grande responsabilidade. Tive a decisão de mandar o Ronaldo embora para contratar o Cassano. Isso ajudou a criar um espírito vencedor na equipe. Recuperamos nove pontos de atraso para o Barcelona faltando 10 rodadas".

O ex-treinador afirma que se orgulha até hoje da decisão tomada em relação ao atacante e resultou, de acordo com o italiano, na arrancada para o título do Campeonato Espanhol, na temporada 2006/07.

Além disso, Capello foi o responsável por trazer alguns do "galácticos" ao clube. "O Real Madrid é o time que mais marcou o meu coração porque eu tive que construí-lo trazendo jogadores que eu achava que poderiam fazer a diferença. Eu tinha quatro jovens de 20 anos no time principal. Trouxe Seedorf da Sampdoria e Roberto Carlos para a defesa", afirma.

Invicto no gol do Palmeiras, Marcelo Lomba substitui Weverton contra Atlético-MG

Em substituição a Weverton, servindo a seleção brasileira, Marcelo Lomba vai estar na meta do Palmeiras, nesta quarta-feira, diante do Atlético-MG, às 21h30, no Mineirão, em Belo Horizonte, pela 28ª rodada do Campeonato Brasileiro. O goleiro vai defender uma invencibilidade de dez jogos - seis vitórias e quatro empates - com a camisa alviverde.

O atleta, de 35 anos, comentou os nove dias de preparação do elenco desde a vitória no clássico diante do Santos. "Está sendo muito bom (preparação), pois a gente pôde treinar todos os aspectos. A gente tem um grupo que se conhece bem e estamos no final da temporada. Foi hora de, quem precisava, se recuperar de alguma coisa, de quem precisava, pegar um pouco mais pesado, e vejo que está todo mundo agora a ponto de bala para poder fazer bem esses últimos jogos."

(Foto: Divulgação)

Marcelo Lomba advertiu para o fato de que restam poucos jogos para o Palmeiras ratificar a conquista de mais um título. "Faltam dois meses, então é concentração total e os detalhes podem fazer a diferença e, por isso, procuramos muito ajustar os detalhes, mantendo o que fazemos de bom e evoluir para que nos tornemos uma equipe ainda mais dura, sólida e vencedora."

Bia Haddad e Thiago Monteiro igualam melhores rankings de suas carreiras

Em grande fase, os brasileiros Beatriz Haddad Maia e Thiago Monteiro igualaram ontem suas melhores marcas nos rankings da WTA e da ATP, respectivamente. Bia retornou ao 15º lugar da lista, enquanto o Monteiro ocupa agora o 62º posto da relação masculina.

A brasileira se destacou na semana passada ao alcançar as quartas de final do Torneio de Tóquio, de nível WTA 500. Ela chegou aos mesmos 2.295 da suíça Belinda Bencic, mas fica atrás por ter jogado mais torneios. O desempate será nesta semana porque ambas vão disputar o WTA 250 de Tallin, na Estônia.

Na corrida do ano, que leva em conta apenas os pontos somados em 2022, Bia subiu para o 14º posto e segue sonhando com uma vaga no WTA Finals, torneio que reúne as oito melhores tenistas da temporada. No momento, 600 pontos separam a brasileira da atual oitava colocada, a romena Simona Halep.

Laura Pigossi, por sua vez, perdeu seis colocações no ranking atualizado nesta segunda e caiu para o 108º posto. Entre as tenistas mais bem ranqueadas, houve apenas duas mudanças. A espanhola Paula Badosa voltou ao terceiro lugar, desbancando a estoniana Anett Kontaveit para a quarta posição. A belarussa Aryna Sabalenka ascendeu ao sexto lugar, derrubando a grega Maria Sakkari para a sétima colocação.

Após pancada, Cristiano Ronaldo treina de olho roxo com seleção de Portugal

A forte pancada que sofreu no rosto, no jogo de sábado, não tirou Cristiano Ronaldo do treino da seleção de Portugal, ontem. O atacante participou normalmente da atividade, apesar de exibir um hematoma no olho direito.

Com o olho roxo, Cristiano Ronaldo treinou sob o comando do técnico Fernando Santos em preparação para o jogo contra a Espanha, na terça, na cidade de Braga. O confronto, pela sexta e última rodada do Grupo 2 da Liga 2, decide vaga na semifinal da Liga das Nações da Uefa.

O jogador do Manchester United chamou a atenção na vitória sobre a República Checa, no sábado, ao sofrer uma forte pancada no rosto logo aos 12 minutos de jogo. Cristiano Ronaldo entrou numa disputa de bola aérea com o goleiro Tomás Vaclík e levou a pior. O português caiu no gramado com um forte sangramento no rosto, na altura do nariz e justamente do olho direito.

Apesar da pancada e do susto, o atacante seguiu em campo e jogou os 90 minutos. Ele não balançou as redes, mas foi o responsável pela assistência do gol marcado por Diogo Jota, nos minutos finais. Os portugueses golearam os checos por 4 a 0.

A seleção de Portugal lidera o Grupo 2 da Liga A, com 10 pontos, contra oito dos espanhóis, que perderam da Suíça por 2 a 1 no mesmo sábado - os suíços serão adversários do Brasil na fase de grupos da Copa do Mundo do Catar.

Mateus Silva é o único desfalque da Ponte Preta para jogo contra o Cruzeiro

Depois de se livrar da ameaça de rebaixamento à Ponte Preta começa a sonhar alto dentro da Série B do Campeonato Brasileiro. Mas precisa ir bem nos seus últimos sete jogos. A preocupação agora é o Cruzeiro, seu próximo adversário, na quarta-feira à noite, em Campinas, no estádio Moisés Lucarelli pela 32.ª rodada O time campineiro só vai ter uma baixa: o zagueiro Mateus Silva

A ausência já era esperada porque o defensor tem vínculo com o próprio Cruzeiro, que o emprestou ao time paulista. O descanso será aproveitado para se recuperá-lo de pancada sofrida no joelho direito na partida diante do Londrina, na qual a Ponte Preta venceu por 2 a 0 e quebrou jejum de seis jogos sem ganhar fora da casa.

Sem Mateus Silva, o técnico Hélio dos Anjos deve escalar Guilherme Souza ao lado de Fábio Sanches. Mas Thiago Oliveira também está no páreo. Nas demais posições, não há dúvidas. Sonhando em encostar ainda mais no G-4, zona de acesso, a Ponte Preta aparece atualmente na sétima colocação com 43 pontos. A expectativa é de casa cheia contra o Cruzeiro, afinal o rival é líder da competição e pode antecipar o título da Série B ainda nesta rodada. O time mineiro já garantiu sua volta à elite de forma matemática, com 68 pontos.

Magnus Carlsen detona Hans Niemann em carta e avisa: 'Trapaças ameaçam o xadrez'

O mundo do xadrez segue envolto em uma longa polêmica envolvendo o norueguês Magnus Carlsen e o norte-americano Hans Niemann. Nesta terça-feira, o Carlsen, que é considerado o principal enxadrista da atualidade, publicou uma carta reafirmando denúncias contra Niemann e pedindo mudanças urgentes para evitar novas trapaças. "Acredito que trapacear no xadrez é um grande problema e uma ameaça existencial ao jogo. Também acredito que os organizadores de xadrez e todos aqueles que se preocupam com a santidade do jogo que amamos deveriam considerar seriamente aumentar as medidas de segurança e os métodos de detecção de trapaças para o xadrez acima do tabuleiro", escreveu o grão-mestre de 31 anos. Magnus Carlsen foi além e disse que Hans Niemann trapaceou de forma ainda mais incisiva e por reiteradas vezes. Na última segunda-feira, o norueguês abandonou nova partida diante do jovem norte-americano pela sexta rodada da Julius Baer Generations Cup, da etapa de Meltwater na Turnê dos Campeões. "Acredito que Niemann trapaceou mais - e mais recentemente - do que admitiu publicamente. Seu progresso no tabuleiro foi incomum, e durante todo o nosso jogo na Sinquefield Cup tive a impressão de que ele não estava tenso ou mesmo totalmente concentrado no jogo em posições críticas, enquanto me superava, como o segundo a jogar, de uma forma que acho que apenas um punhado de jogadores pode fazer. Este jogo contribuiu para mudar minha perspectiva", complementou Carlsen. O norueguês também reconheceu que a decisão de desistir de jogar com Niemann foi sem precedentes e causou frustração nos fãs de xadrez. Carlsen reforçou, no entanto, que quer continuar jogando em alto nível. "Nós precisamos fazer algo a respeito das trapaças e daqui para frente não quero mais jogar com pessoas que trapacearam repetidas vezes no passado, porque eu desconheço o que essa pessoa pode fazer no futuro", disse.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Ciro reafirma candidatura dizendo-se vítima de campanha para desistir

O candidato do PDT a Presidência da República, Ciro Gomes, reafirmou na manhã de ontem, 26, sua candidatura ao Planalto. Dizendo ser vítima de uma "virulenta campanha nacional e internacional" para que saísse da disputa, o ex-governador do Ceará repetiu ataques aos adversários e voltou a criticar a investida petista pelo voto útil.

"Nada deterá minha disposição de seguir em frente a empunhar a bandeira do novo projeto nacional de desenvolvimento e também a denunciar os corruptos, farsantes e demagogos que tentam ludibriar a fé popular com suas falsas promessas", disse o candidato na sede de seu partido em São Paulo nesta manhã. "Minha candidatura está de pé para defender o Brasil em qualquer circunstância" continuou. Ciro voltou a dizer que Jair Bolsonaro (PL) não existiria sem os governos petistas, e que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) "não sobreviveria em sua ameaçadora decadência" sem os "desatinos criminosos de Bolsonaro". "As máquinas poderosas do lulismo e do bolsonarismo estão conseguindo ludibriar a percepção popular, passando a falsa ideia que de apenas um pode derrotar o outro, e que esse passo atrás é o único meio de levar o País adiante", disse o candidato

Agregador Estadão Dados: com FSB, Lula tem 52% dos válidos, ante 36% de Bolsonaro

O agregador de pesquisas eleitorais do Estadão Dados já está atualizado com os números divulgados em 26/09 pela empresa FSB. Segundo a Média Estadão Dados, calculada pelo agregador, Luiz Inácio Lula da Silva tem 47% das intenções de voto e Jair Bolsonaro, 33%. Considerando-se apenas os votos válidos, ou seja, sem contar brancos, nulos e indecisos, Lula tem 52% e Bolsonaro, 36%.

O agregador é uma ferramenta interativa cujos gráficos mostram o cenário mais provável da corrida presidencial nos últimos seis meses, segundo nossa metodologia. Nele, além de consultar a Média Estadão Dados, é possível ver a forma separada as estimativas das pesquisas presenciais e telefônicas.

A Média Estadão Dados, que tem atualização diária, não é a simples soma dos resultados e divisão pelo número de pesquisas. O cálculo considera as linhas de tendência de cada candidato (se estão estáveis, subindo ou caindo) e atribui pesos diferentes às pesquisas segundo sua "idade" (a data de realização) e metodologia (consideramos que, na média os resultados são mais precisos quando os eleitores são entrevistados de forma presencial, em vez de por telefone). Os gráficos do agregador mostram 98 pesquisas sobre a corrida presidencial divulgadas nos últimos seis meses, mas nem todas são consideradas nos cálculos. Atualmente, entram na Média Estadão Dados os números das empresas que divulgam pelo menos um levantamento nos últimos 11 dias. Essa janela de inclusão vai diminuir com o tempo.

Polícia Federal indicia três da PRF por morte de Genivaldo na 'câmara de gás'

A Polícia Federal em Sergipe concluiu as investigações sobre a morte de Genivaldo de Jesus Santos e indiciou três agentes da Polícia Rodoviária Federal por crimes de abuso de autoridade e homicídio qualificado - com emprego de asfixia e mediante recurso que impossibilitou defesa. O crime ocorreu no dia 25 de maio deste ano, durante abordagem na qual o porta malas da viatura da PRF acabou transformado em uma câmara de gás

O inquérito foi encaminhado ontem, 26, ao Ministério Público Federal, órgão responsável pelo oferecimento de denúncia criminal contra os policiais. De acordo com a PF, as investigações contaram com oitivas de testemunhas, interrogatório dos investigados e coleta provas, além de ser abastecido com informações de exame cadavérico, perícias (local do crime e viatura) e de laudos de química, genética e toxicologia forense.

No início do mês, a Secretaria de Segurança Pública de Sergipe (SSP-SE) concluiu os laudos cadavérico e toxicológico sobre a morte de Genivaldo. Os documentos confirmaram que a morte se deu por asfixia mecânica com reação inflamatória das vias aéreas.

A abordagem que resultou na morte de Genivaldo se deu em razão de a vítima estar sem capacete em trecho da BR-101, no município de Umbaúba, interior de Sergipe. Durante a ocorrência, ele foi insultado, recebeu spray de pimenta no rosto e foi colocado no porta-malas de uma viatura da PRF com gás lacrimogêneo. Os agentes envolvidos na ocorrência chegaram a classificar o falecimento do homem de 38 anos como uma 'fatalidade desvinculada da ação policial legítima'.

Em comunicação de ocorrência policial, narraram que foi empregado 'legitimamente o uso diferenciado da força' no caso.

Em junho, a Justiça Federal em Sergipe negou um pedido de prisão preventiva dos três agentes envolvidos na abordagem, feito pela família da vítima. Um mês antes, em maio, os PRFs que participaram da abordagem foram afastados.

OEA inicia Missão de Observação Eleitoral e se reúne com Bolsonaro no Planalto

O chefe da Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Rubén Ramírez Lezcano, se reuniu ontem, 26, com o presidente Jair Bolsonaro (PL), no Palácio do Planalto. A seis dias do primeiro turno, a entidade começou a avaliar a disputa eleitoral no Brasil e também deve manter contato com outros candidatos, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além de partidos políticos e observadores locais. "Hoje nós tivemos a oportunidade de falar com o presidente da República Federativa do Brasil e com parte do gabinete do senhor presidente", disse Lezcano a jornalistas, sem dar detalhes sobre o teor da conversa com Bolsonaro. "Nós mantivemos uma reunião muito cordial. Estamos levantando todos os depoimentos dos diferentes candidatos", respondeu o chefe da missão da OEA, quando questionado sobre os ataques do chefe do Executivo às urnas eletrônicas.

(Foto: EBC)

O chefe da Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos (OEA), Rubén Ramírez Lezcano.

Lezcano afirmou que a OEA vai divulgar um relatório sobre o primeiro turno das eleições. "Nós estamos iniciando a nossa Missão de Observação Eleitoral. Vamos fazer, a partir de agora, uma série de reuniões com os candidatos. Convidamos todos os candidatos a mantermos reuniões. Também com os partidos políticos, com as instituições do governo, como o TSE, entre outros, com as organizações da sociedade brasileira, com observadores locais", detalhou o chefe da missão da OEA, que é ex-ministro das Relações Exteriores do Paraguai.

"O mais importante é a transparência", declarou Lezcano, que deve viajar para São Paulo amanhã, 28. A missão da OEA chegou ao Brasil na última sexta-feira, 23, e conta com 55 especialistas. Lezcano disse que deve se reunir com Lula quando houver um espaço na agenda do ex-presidente, que lidera as pesquisas de intenção de voto.

Suspeitas infundadas - Bolsonaro tem agido para desacreditar o sistema eleitoral brasileiro. Em discursos, o presidente levanta suspeitas infundadas de possíveis fraudes na urna eletrônica, sem nunca ter apresentado provas ou indícios de irregularidades.

PUBLICIDADE LEGAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA DE IBATÉ FORO DE IBATÉ VARA ÚNICA EDITAL DE CITAÇÃO PROCESSO DIGITAL Nº: 1001212-29.2017.8.26.0233 CLASSE: ASSUNTO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - ESBULHO / TURBAÇÃO / AMEAÇA EXEQUENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A EXECUTADO: ADRIANA CRISTINA CARRINO EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001212-29.2017.8.26.0233 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da Vara Única, do Foro de Ibaté, Estado de São Paulo, Dr(a). Letícia Lemos Rossi, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ADRIANA CRISTINA CARRINO, Brasileiro, Não Identificado, CPF 291.000.358-23, com endereço à Aldo Focosi, 420, Ap 111, Presidente Médici, CEP 14091-310, Ribeirão Preto - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco Financiamento S/A, alegando em síntese: A Requerida, no dia 01/04/2008, contratou junto ao requerente, financiamento através de Arrendamento Mercantil – Leasing, nº 3678046432, pagável em parcelas mensais, iguais e consecutivas, para aquisição de um bem móvel com as seguintes características: marca FORD, modelo ECOSPORT XLT1.6FLEX, chassi n.º 9BFZE16P988935412, ano de fabricação 2008 e modelo 2008, cor PRATA, placa DWH0060, renavam 00961377836. Tendo ficado o bem acima arrendado a Requerida conforme mencionado no contrato, que recebeu o n.º 3678046432, nos termos da Lei nº 6.099/74, alterada pela Lei 7.132/85 e legislação complementar. A parte requerente alega que a parte requerida não cumpriu com o pactuado pelas cláusulas contratuais. Encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para no prazo de 03 (três) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pagar a dívida no valor de R$ R$ 276.862,47, que deverá ser atualizada até a data do efetivo pagamento, acrescida dos honorários advocatícios da parte exequente arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, conforme pedido inicial. PRAZO PARA EMBARGOS: 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital. ADVERTÊNCIAS: 1- Caso o(a) executado(a) efetue o pagamento no prazo acima assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, do CPC). 2- No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do(a) exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, poderá o(a) executado(a) valer-se do disposto no art. 916 e §§, do CPC. Indeferida a proposta, seguir-se-ão os atos executivos, nos termos do art. 916, § 4º, do CPC. O não pagamento de qualquer das parcelas acarretará o disposto no art. 916, § 5º, do CPC. A opção pelo parcelamento importa renúncia ao direito de opor embargos (art. 916, § 6º, do CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Ibate, aos 01 de setembro de 2022.

SOROCABA 2ª VARA CÍVEL EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1013366-34.2020.8.26.0602 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Sorocaba, Estado de São Paulo, Dr(a). Alessandra Lopes Santana de Mello, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) **ANDRESSA SILVA DE LIMA**, Brasileira, CPF 458.237.608-84, , que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária por parte de Banco Volkswagen S/A., alegando em síntese: As partes firmaram, em 14/08/2019., contrato para financiamento de bem móvel, BEM: Marca NISSAN, modelo KICKS NAC. SL(TECH) 1.6 1, chassi n.º 94DFCAP15JB103184, ano de fabricação 2017 e modelo 2018, cor PRATA, placa GHG7434, renavam 01123824166. , garantido por alienação fiduciária, n. 42478510, por meio do qual o banco demandante concedeu crédito no valor total de R$ 97.491,84 a Requerida, que, em contrapartida, obrigou-se ao pagamento de 48 parcelas fixas mensais de R$ 2.031,08. Sucedeu que, a partir de 14/11/2019, a Requerida interrompeu o regular pagamento das parcelas do seu financiamento. Dá-se a causa o valor de R$ 13.202,81. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Sorocaba, aos 14 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO LIMPO PAULISTA

ABERTURA - TOMADA DE PREÇOS N.º 025/22 – Objeto: Tomada de Preços, do tipo **menor valor global**, para Contratação de empresa especializada para execução de ampliação de salas na EMEF Gov. André Franco Montoro, conforme memorial descritivo, cronograma físico-financeiro, planilha orçamentária anexos ao Edital, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras. **DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES**: até o dia 13/10/2022 às 10:00h e **ABERTURA DOS ENVELOPES**: dia 13/10/2022 às 10:00h. A partir do dia 26.09.2022 a retirada do Edital poderá ser feita pelo site www.campolimpopaulista.sp.gov.br – no link licitações, solicitado por e-mail nos endereços pregao@campolimpopaulista.sp.gov.br ou ainda na Diretoria de Administração, situada na Av. Adherbal da Costa Moreira, 255, Centro – Campo Limpo Paulista, das 11:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados e pontos facultativos.

CIRILO DE ALEXANDRIA ALMEIDA
Secretário Municipal de Obras

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO
AVISO DE EDITAL
Edital nº 189 de 26 de setembro de 2022.
Pregão Eletrônico nº 159/2022

Objeto: Aquisição de equipamentos para limpeza e higienização de veículos leves, caminhões e máquinas pertencentes à Secretaria Municipal de Serviços Urbanos – Abertura da sessão: 10/10/2022 às 09:00 horas – O edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.itaquaquecetuba.sp.gov.br, ou www.comprasgovernamentais.gov.br e lidos ou obtidos mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virginia, Itaquaquecetuba – SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização
Itaquaquecetuba, 26 de setembro de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010881-95.2019.8.26.0602 O(A) MM. JUIZ(A) DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL, DO FORO DE SOROCABA, ESTADO DE SÃO PAULO, DR(A). ALESSANDRA LOPES SANTANA DE MELLO, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER A(O) FAHIME YOUSSIF EL ORRA, Brasileiro, CPF 283.837.258-09, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária por parte de BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento, alegando em síntese: O autor concedeu a Requerida um financiamento no valor de R$ 37.518,36, para ser restituído por meio de 36 prestações mensais, no valor de R$ 1.388,00, com vencimento final em 17/07/2021, mediante Contrato de Financiamento para Aquisição de Bens, garantido por Alienação Fiduciária, celebrado em 17/07/2018. Em garantia das obrigações assumidas, a Requerida transferiu em Alienação Fiduciária, do BEM: MARCA FORD, MODELO NEW FIESTA SE 1.6 16V P.SHIFT FLEX 4P (AG) COMPLET, CHASSI N.º 9BFZD55P2EB654403, ANO DE FABRICAÇÃO 2013 E MODELO 2014, COR PRETA, PLACA FKE1428, RENAVAM 536663599. Foi realizada a apreensão do veículo em 21/05/2021 (fl. 127). Dá-se a causa o valor de R$ 47.588,04. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Sorocaba, aos 20 de junho de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO
***** AVISO DE LICITAÇÃO *****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. do Bom Sucesso, n° 1400, Bairro Alto do Cardoso:

TOMADA DE PREÇOS N° 16/2022 PMP Nº 11.243/2022
Para "contratação de empresa especializada para serviços de reforma e ampliação de edificação para implantação de biblioteca, com fornecimento de material e mão-de-obra" com recebimento dos envelopes até dia 13/10/2022 às 08h30 e início da sessão às 09h00.

CHAMAMENTO PÚBLICO 004/2022 (PMP 2634/2022) REABERTURA
A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Pindamonhangaba, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que fará realizar PROCESSO DE SELEÇÃO destinado às ORGANIZAÇÕES SOCIAIS devidamente qualificadas, nos termos da Lei Municipal nº 5.801, de 1º de julho de 2015, e às demais entidades privadas sem fins lucrativos que assim se qualifiquem até a data de abertura deste processo de chamamento público, objetivando a celebração de Contrato de Gestão para gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde no Pronto Socorro Municipal de Pindamonhangaba, cuja entrega dos envelopes de habilitação, plano de trabalho e proposta financeira deverá ser feita no Prédio Sede da Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba, no Departamento de Licitações e Contratos, sito a Avenida Nossa Senhora do Bom Sucesso, nº 1400, Bairro Alto do Cardoso, até o dia 27/10/2022, as 09h00min, onde terá início a sessão pública para abertura dos envelopes. O edital estará disponível no site www.pindamonahngaba. sp.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidos no endereço supra, das 08 as 17hs ou através do telefone 12 3644-5600. Também torna público que os interessados em participar do Chamamento Público nº 004/2022 deverão solicitar qualificação até o dia 13/10/2022. Fica desde já notificadas as Organizações Sociais que já estão qualificadas a manifestarem interesse, por meio do email saude@pindamonhangaba.sp.gov.br, caso queiram participar, em atendimento a Lei Municipal nº 5.801/2015 e Decreto nº 5308/2016.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://bnc.org.br/ para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acham-se abertos na Prefeitura do Município de Bragança Paulista os seguintes certames licitatórios: PREGÃO PRESENCIAL N° 184/2022
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SUCO DE CAIXINHA DIVERSOS SABORES E BARRA DE CEREAL.(EDITAL RETIFICADO) - NOVA DATA: 06.10.2022 AS 09:30 HORAS - O edital retificado está disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site http:\\braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 26 de setembro de 2022. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado.

PIRACICABA 3ª Vara Cível EDITAL DE CITAÇÃO DO RÉU MAURO BARBOSA, COM PRAZO DE 20 DIAS, EXPEDIDO NOS AUTOS DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO Nº 1020134-12.2018.8.26.0451, MOVIDO POR BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Piracicaba, Estado de São Paulo, Dr(a). Lourenço Carmelo Tôrres, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) MAURO BARBOSA, brasileiro, CPF - 870.406.708-87, que lhe foi proposta uma ação de busca e apreensão por parte de BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento, alegando em síntese: Que as partes celebraram, em 08/12/2017, Contrato de Financiamento para Aquisição de Bens, garantido por Alienação Fiduciária, no valor de R$ 28.447,34 com pagamento por meio de 48 parcelas mensais, no valor de R$ 852,00, com vencimento final em 08/12/2021, tendo como objeto o Veículo marca FIAT, modelo STRADA CS WORKING(Italia) 1.4 8V FLEX 2P (AG) Comp, RENAVAM 474366685, chassi 9BD27805MD7551168, placas OLR6684. O Requerido não cumpriu com as obrigações das parcelas assumidas, deixando de efetuar o pagamento das prestações a partir de 12/02/2018, acarretando, consequentemente, o vencimento antecipado de toda a sua dívida. Ante a inadimplência do Requerido, foi ajuizada a presente ação, à qual foi atribuído o valor de R$ 40.896,00. Deferida a LIMINAR de busca e apreensão, o veículo foi apreendido na data de 15/07/2019. E, como consta dos autos que o Requerido encontra-se em lugar incerto e não sabido, mandou ao MM. Juiz expedir o presente edital, pelo qual fica MAURO BARBOSA devidamente CITADO para os atos e termos da ação proposta, e CIENTIFICADO de que, decorrido o prazo de 5 dias após executada a liminar, será consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, isso se não houver nesse mesmo prazo o pagamento da integralidade da dívida pendente, incluindo as custas e despesas processuais e os honorários advocatícios, fixados em 10% do valor do débito, tudo atualizado até a data do depósito, sendo certo que tal pagamento implicará em lhe ser restituído o bem livre de ônus, bem como INTIMADO de que terá o prazo de 15 dias para apresentar sua resposta, contados da execução da liminar. Ficando ADVERTIDO, ainda, de que será nomeado curador especial em caso de revelia. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Piracicaba, aos 21 de junho de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA
PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO
***** IMPUGNAÇÃO *****

PREGÃO PRESENCIAL 160/2022 (PMP 9701/2022)
A Autoridade Superior, deu provimento em 20/09/2022 à impugnação interposta pela empresa PRADO CHAVES ARQUIVOS E SISTEMAS LTDA. (Protocolo nº 47.543/2022), com base na manifestação da Secretaria de Tecnologia, Inovação e Projetos. Determinou o prosseguimento do certame com as alterações no ato convocatório da licitação supra que cuida de "contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos para desburocratização, gestão e trasladação de documentos de mídia papel para mídia digital, abrangendo: elaboração de Tabela de Temporalidade Municipal com a finalidade de dar apoio à organização de documentos, elaboração de Plano de Classificação e Descarte e Manual de Gestão Documental como base legal para gestão, captura, trasladação para meio digital em acordo com o decreto federal nº 10.278/2020 e descarte seguro de documentos, do Município de Pindamonhangaba, conforme detalhamentos e especificações constantes no Termo de Referência". Fica marcada a reabertura com recebimento dos envelopes até dia 07/10/2022 às 08h00 e início da sessão às 08h30. O edital estará disponível no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br. Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO
AVISO DE EDITAL
Edital nº 191 de 26 de setembro de 2022.
Pregão Eletrônico nº 161/2022

Objeto: Aquisição de pastas para serem utilizadas pelo Departamento de Regularização Fundiária pertencente à Secretaria Municipal de Habitação – Abertura da sessão: 10/10/2022 às 09:00 horas – O edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.itaquaquecetuba.sp.gov.br ou www.comprasgovernamentais.gov.br e lidos ou obtidos mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virginia, Itaquaquecetuba – SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização
Itaquaquecetuba, 26 de setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO
AVISO DE EDITAL
Edital nº 190 de 26 de setembro de 2022.
Pregão Eletrônico nº 160/2022

Objeto: Aquisição de paleteira hidráulica e empilhadeira elétrica para serem utilizadas no Departamento de Almoxarifado pertencente à Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação – Abertura da sessão: 10/10/2022 às 09:00 horas – O edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.itaquaquecetuba.sp.gov.br ou www.comprasgovernamentais.gov.br e lidos ou obtidos mediante entrega de 01 (um) CDR-ROM do tipo CDR-80, virgem e lacrado no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, sito à Av. Vereador João Fernandes da Silva nº 190, Vila Virginia, Itaquaquecetuba – SP, nos dias úteis, no horário das 8:00 às 16:00 horas. Para maiores informações, estão disponíveis os seguintes telefones (0xx11) 4640-1442 e 4642-1531.

Mário Toyama – Secretário Municipal de Administração e Modernização
Itaquaquecetuba, 26 de setembro de 2022.

PUBLICIDADE LEGAL

Saúde Santa Celina Assistência Médica S.A.

CNPJ/ME nº 10.257.164/0001-52 - NIRE 35.300.360.389

Ata da Assembleia Geral Ordinária Realizada em 30/04/2022

Data, Hora e Local: No dia 30/04/2022, às 10h, na sede da Saúde Santa Celina Assistência Médica S.A., localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Edson, nº 11, Bairro Campo Belo, CEP: 04618-030 ("Companhia"). **Convocação e Presença**: Considerada sanada a falta de publicação do aviso a acionista e o cumprimento dos prazos previstos no Artigo 133, *caput*, e no § 3º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das Sociedades por Ações"), bem como dispensada a publicação do Edital de Convocação, tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, na forma dos Artigos 124, § 4º, e 133, § 4º da Lei nº 6.404/76. **Composição da Mesa**: Leonardo Modesti Vedolin - Presidente; e Stephanie Salcas Pepe Wagner - Secretário. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a prestação de contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (ii) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. **Deliberações:** A Acionista, após apreciação das matérias constantes na ordem do dia, sem ressalvas, decidiu: a) Aprovar a destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$26.491.788,14 (vinte e seis milhões, quatrocentos e noventa e um mil, setecentos e setenta e oito reais e quatorze centavos), da seguinte forma: b.1) R$189.554,62 (cento e oitenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e dois centavos) destinados à conta de Reserva Legal; b.2) R$12.498.472,22 (doze milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e dois centavos) absorvidos pela conta de Prejuízos Acumulados; e b.3) R$3.450.940,33 (três milhões, quatrocentos e cinquenta mil, novecentos e quarenta reais e trinta e três centavos) distribuídos a título de dividendos. b.4) R$10.352.820,97 (dez milhões, trezentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte reais e noventa e sete centavos) destinados à retenção de lucros. **Encerramento e Lavratura**: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: Leonardo Modesti Vedolin e Secretário: F Stephanie Salcas Pepe Wagner. Acionista Presente: Assistência Médica Domiciliar Assunção S.A. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Stephanie Salcas Pepe Wagner -** Secretário. JUCESP nº 481.446/22-9 em 21/09/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Associação Atlética Acadêmica Pereira Barretto – AAAPB

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da Associação Atlética Acadêmica Pereira Barretto – AAAPB, Sr. Jorge Marcelo Napoleon Medina Cabellos, no uso de suas atribuições estatutárias, vem tornar pública a seguinte ordem do dia: Eleição e posse da Diretoria e Conselho Fiscal. A eleição ocorrerá no dia 18/10/2022 às 12h, em sua sede, na Rua Pedro de Toledo, 844, Vila Clementino, na cidade de São Paulo, SP.

Jorge Marcelo Napoleon Medina Cabellos

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 142/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 25.708/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 107/2022
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLAYGROUND COMPOSTO DE PLAYGROUND, GANGORRA E CASINHA PARA RECREAÇÃO.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 10/10/2022 às 09:30 horas

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 189/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 18.179/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2022
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO FURGÃO ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA TIPO B PADRÃO SAMU 192 – EMENDA PARLAMENTAR Nº 2020.34.15793.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 17/10/2022 às 09:30 horas

LICITAÇÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 173/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 25.709/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 136/2022
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA TROCA DAS CAIXAS D'ÁGUA DE UNIDADES ESCOLARES.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 18/10/2022 às 09:30 horas

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 146/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 24.958/2022
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 111/2022
OBJETO: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VENTILADOR DE PAREDE.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 19/10/2022 às 09:30 horas

O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,33 (trinta e três centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 474 de 28 de dezembro de 2021.

Limeira, 26 de setembro de 2022
Departamento de Gestão de Suprimentos

O Município de Limeira, comunica aos interessados do Pregão Presencial nº 19/2022 para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTO NUTRICIONAL (SUPLEMENTO E COMPLEMENTO), FÓRMULA LÁCTEA E COMPOSTO LÁCTEO PARA ATENDIMENTO A MANDADOS JUDICIAIS ATIVOS, que fica agendado o dia 29/09/2022 às 10:00 horas para retomada da sessão pública.

Limeira, 26 de setembro de 2022
Departamento de Gestão de Suprimentos

FUNDAÇÃO HÉLIO AUGUSTO DE SOUZA - FUNDHAS

CNPJ nº 57.522.468/0001-63

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG 926639 - Processo de Compra nº 300/2022 - Edital nº 58/2022 - Pregão Eletrônico nº 52/2022 - Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços on-line de registro de ponto, sistema tipo REP-P (Registrador Eletrônico de Ponto Por Programa), pelo período de 12 meses. Início da sessão: 20/10/2022, às 8h (horário de Brasília - DF), no endereço eletrônico: www.gov.br/compras. Edital disponível nos sites www.gov.br/compras e www.fundhas.org.br ou na Div. Suprimentos - setor de Licitações, na Rua Santarém, 560 - Pq. Industrial - SJCampos - SP, das 7h30 às 17h00, de 2ª a 6ª feira. SJCampos, 21 de setembro de 2022.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Processo de Compra nº 279/2022 - Pregão Eletrônico nº 51/2022 - Objeto: Registro de Preços para Aquisição de bebida láctea e biscoito salgado integral, pelo período de 12 meses. O Diretor Presidente homologa o processo presente processo licitatório e adjudica o item 1 do edital, pelo valor de R$ 20.398,00, à licitante Charbel Participações Eireli; e o item 2, pelo valor total de R$ 25.669,50 e item 3, R$ 21.077,20, à licitante Nutricionale Comércio de Alimentos Ltda., conforme ata às fls. 212 a 214 dos autos. SJCampos, 22 de setembro de 2022.

George Lucas Zenha de Toledo - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

COMUNICADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2022 - PROCESSO Nº 1.916/2022

O MUNICÍPIO DE ARAÇATUBA, por meio da Secretaria Municipal de Administração – Divisão de Licitação e Contratos, TORNA PÚBLICO a todos interessados, a SUSPENSÃO da sessão de abertura da licitação em epígrafe, cujo objeto destina-se a "CONTRATAÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADO QUE DEVERÁ FUNCIONAR MEDIANTE A INTERLIGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES REGISTRADAS NO SISTEMA CONVERGINDO PARA UMA ÚNICA SOLUÇÃO E TORNANDO O GERENCIAMENTO ÚNICO E EFICIENTE. O SISTEMA DEVERÁ ATENDER AS NORMAS, REGULAMENTOS, LEGISLAÇÕES VIGENTES E AS QUE VENHAM A SER CRIADAS APLICÁVEIS A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUAS ALTERAÇÕES, E POSSIBILITAR A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA PLANEJAR, GERIR CONTABILIZAR E GARANTIR A TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELACIONADAS À ARRECADAÇÃO, À DESPESA E AO PATRIMÔNIO PÚBLICO", que ocorreria no dia 28 de setembro de 2022, às 09h00min, em virtude de representação apresentada junto ao TCESP - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, TC-019779.989.22-7.

Araçatuba, 26 de setembro de 2022.
ANA CAROLINA DOS REIS - Divisão de Licitação e Contratos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

PREGÃO PRESENCIAL ABERTO JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

Nº: 041/2022 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOLUÇÃO INTEGRADA PARA IMPLANTAÇÃO DO "CARTÃO DO IMÓVEL DE SUZANO" – **ABERTURA DOS ENVELOPES E INÍCIO DO JULGAMENTO:** 10 de outubro de 2022, às 09:00 horas, na Rua Baruel, nº 501, térreo, sala de licitações, Centro, Suzano-SP. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

ITAMAR CORRÊA VIANA - Secretário Municipal de Planejamento e Finanças.

PREGÕES ELETRÔNICOS ABERTOS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

Nº: 093/2022 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMPUTADOR E MONITOR – **TÉRMINO DE ENVIO, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 11 de outubro de 2022, às 09:15 horas - **INÍCIO DA FASE DE LANCES:** 11 de outubro de 2022, às 09:30 horas.

Nº: 094/2022 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE NOTEBOOK – **TÉRMINO DE ENVIO, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 11 de outubro de 2022, às 13:30 horas - **INÍCIO DA FASE DE LANCES:** 11 de outubro de 2022, às 14:00 horas.

RENATO SWENSSON NETO - Secretário Municipal de Saúde - Interino.

Nº: 095/2022 – OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESCARGA DE MÓVEIS E PESSOAS (MUDANÇAS), PARA ATENDER DESOCUPAÇÃO DE FAMÍLIAS EM ÁREAS DE RISCO GEOTÉCNICO DE INUNDAÇÃO OU AUXÍLIO, DENTRO DO MUNICÍPIO DE SUZANO – **TÉRMINO DE ENVIO, ABERTURA E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:** 13 de outubro de 2022, às 09:15 horas **- INÍCIO DA FASE DE LANCES:** 13 de outubro de 2022, às 09:30 horas.

ELVIS JOSÉ VIEIRA - Secretário Municipal de Planejamento Urbano e Habitação.

Disponíveis no Portal eletrônico de compras governamentais, no endereço www.bb.com.br, ou www.licitacoes-e.com.br. Os Editais e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

Prefeitura Municipal de Manduri - SP

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N°022/2022

Objeto: Registro de preço para eventual aquisição de materiais relacionados à decoração iluminada para as festividades de Natal e Ano Novo, pelo prazo de 12 meses. **Data de abertura da sessão:** 06 de outubro de 2022, às 09h00min horas. **Edital completo e maiores informações:** Setor de Licitações da Prefeitura – Rua Bahia n. 233, Fone/fax (14) 3356-9200, Manduri/SP, ou download gratuito no sítio eletrônico: www.manduri.sp.gov.br

Município de Manduri, 22 de setembro de 2022. **José Onivaldo Justi - PREFEITO MUNICIPAL**

Hospital Leforte Liberdade S.A.

CNPJ/ME nº 21.371.777/0001-32 - NIRE 35.300.485.939

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 13/06/2022

Data, Hora e Local: No dia 13/06/2022, às 10h, na sede social do Hospital Leforte Liberdade S.A., localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Galvão Bueno, nº 257, 1º andar, Bairro Liberdade, CEP 01506-000 ("Companhia"). **Convocação e Presença**: Dispensada a publicação de Editais de Convocação, conforme disposto no Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Composição da Mesa**: Rafael Lucchesi - Presidente; e Fábio Rose - Secretário. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre **(i)** a alteração da composição da Diretoria da Companhia, **(ii)** a alteração das atribuições dos Diretores sem designação específica **(iii)** a ratificação da renúncia dos Srs. **Adam Oliveira Alves** e **Artur de Barros Avancine** ao cargo de Diretor sem Designação Específica, **(iv)** a eleição dos Srs. **Fábio Rose, Luiz Sérgio Pires Santana** e **Carlos Andre Santos Loja** ao cargo de Diretor sem Designação Específica; e **(v)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações**: A acionista da Companhia, após apreciação das matérias constantes da ordem do dia, decidiu: a) Alterar a composição da Diretoria, que será composta por um Diretor Presidente e os demais sem designação específica, razão pela qual o Artigo 18 do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte redação: *"**Artigo 18.** A Diretoria é composta por um Diretor Presidente e os demais sem designação específica, embora possam vir a adotar denominações pertinentes às suas funções, conforme vier a ser estabelecido na sua eleição, observadas as atribuições constantes deste Estatuto Social."* b) Alterar as atribuições dos Diretores sem designação específica da Companhia serão aquelas que vierem a ser estabelecidas pelo Diretor Presidente, passando a redação do Parágrafo 2º, do Artigo 18, do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação: *"**Parágrafo 2º.** Competirá aos Diretores sem designação específica a prática dos atos que vierem a ser estabelecidos pelo Diretor Presidente."* c) Ratificar a renúncia dos Srs. (i) **Adam Oliveira Alves**, brasileiro, solteiro, engenheiro eletrônico, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.079.479-0, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 017.036.165-96, com endereço comercial na Avenida Juruá, nº 434, Bairro Alphaville, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06455-010; e (ii) **Artur de Barros Avancine**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.434.122-7, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 333.293.528-33, com endereço comercial na Avenida Paulista, nº 2028, 8º andar, conjunto 81, Bairro Bela Vista, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01310-200, ao cargo de Diretores sem Designação Específica, ambas com efeitos desde **1º de junho de 2022**, conforme cartas de renúncias apresentadas à Companhia, que ficarão arquivadas na sede da Sociedade. d) Aprovar a eleição dos Srs. (i) **Fabio Rose**, brasileiro, casado, pedagogo, portador da Cédula de Identidade RG nº 29.356.757-8, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 252.494.808-02; (ii) **Luiz Sergio Pires Santana**, brasileiro, divorciado, engenheiro mecânico, portador da Cédula de Identidade RG nº 54.296913-0, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 242.542.405-97; e (iii) **Carlos André Santos Loja**, brasileiro, casado, médico, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.878.237-6 expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/ME sob o nº 024.188.557-40, para ocuparem o cargo de Diretores sem Designação Específica, todos com endereço comercial na Avenida Juruá, nº 434, Bairro Alphaville, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, CEP 06455-010. d.1) Os Diretores acima qualificados tomarão posse mediante assinatura do respectivo "Termo de Posse", lavrado em livro próprio, com mandato de 3 (três) anos, cuja cópia integra o **Anexo I** a esta ata, sendo permitida a reeleição, nos termos do Artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. e) Consolidar o Estatuto Social da Companhia, nos termos da ordem do dia, sendo certo que o Estatuto Social passará a vigorar com a redação constante do **Anexo II** a esta ata. e.1) Ficam os Diretores da Companhia autorizados a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora tomadas, incluindo, sem limitação, realizar os registros e atualizações cadastrais da Companhia nos órgãos públicos e privados competentes **Encerramento e Lavratura**: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que lida e aprovada, foi por todos os presentes assinada. **Assinaturas**: Presidente da Mesa: Rafael Lucchesi; Secretário: Fabio Rose; e Acionista Presente: Biodinamo Empreendimentos e Participações Ltda. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Fabio Rose** - Secretário. JUCESP nº 480.456/22-7 em 20/09/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Prazo: Artigo 1º. Hospital Leforte Liberdade S.A.** é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, podendo por deliberação da Assembleia Geral, criar ou extinguir filiais, sucursais, escritórios, agências ou depósitos no País ou exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (i) prestar serviços de assistência médico-hospitalar em unidades próprias, cedidas ou alugadas ou de terceiros, administradas mediante contratos de gestão firmados com o Poder Público; (ii) atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio; (iii) desenvolver atividades voltadas à promoção da saúde e à prevenção de doenças, podendo, para tanto, realizar simpósios, congressos, workshops, treinamentos para pessoas e empresas, bem como oferecer estágios para profissionais visando o seu aperfeiçoamento técnico e profissional; (iv) proporcionar orientação sanitária à comunidade, meios para pesquisa e investigação científica e a reabilitação do paciente, dentro das possibilidades; (v) prover condições para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades hospitalares e da formação profissional de seus funcionários e colaboradores; (vi) executar, contratar ou apoiar programas, projetos e ações no âmbito de seu campo de atuação; (vii) constituir e participar de outras pessoas jurídicas, participar de grupos, comissões e outras formas de associação, tanto públicas quanto privadas, que tenham objetivos e finalidades correlatas ao seu campo de atuação; (viii) celebrar contratos, convênios, termos de parceria, contratos de gestão, acordos e quaisquer outras formas de se obrigar ou manifestar vontade, com pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, consórcios, associações, sociedades e demais entidades, civis ou comerciais, nacionais ou internacionais, dotadas ou não de personalidades jurídicas, relacionados ao seu campo de atuação, e (ix) captar e gerir recursos destinados a viabilizar o desenvolvimento das ações pertinentes à sua proposta de atuação e aos seus objetivos sociais. **Parágrafo 1º.** Para a realização de seus fins, a Companhia manterá suas unidades e outros estabelecimentos de assistência hospitalar e ensino em geral que vier a criar, bem como poderá manter convênios para a realização de seus objetivos, ou de outras atividades com eles compatíveis. **Parágrafo 2º.** A Companhia, desde que haja conveniência para os serviços, poderá delegar ou transacionar por tempo certo ou mesmo tempo indeterminado a administração do complexo hospitalar ou qualquer dos seus departamentos a outra pessoa ou sociedade, ainda que de fins beneficentes ou científicos, fazendo-lhes, simultaneamente, a obrigação de mantê-los, conservá-los e desenvolvê-los, sem transmissão do patrimônio móvel ou imóvel. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 10.989.574,00 (dez milhões, novecentos e oitenta e nove mil, quinhentos e setenta e quatro reais), divididos em 53.221.096 (cinquenta e três milhões, duzentas e vinte e uma mil e noventa e seis) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º.** O capital social está representado por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 7º.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. **Parágrafo 8º.** É vedada a emissão, pela Companhia, de partes beneficiárias. **Capítulo III - Da Administração da Companhia: Artigo 9º.** A Companhia será administrada por uma diretoria ("Diretoria"), cujos membros serão pessoas naturais e residentes no País. **Artigo 10º.** Os Diretores serão eleitos por Assembleia Geral, preferencialmente, na mesma data da realização da Assembleia Geral Ordinária, podendo a posse dos eleitos coincidir com o término do mandato dos seus antecessores. Os Diretores, que serão eleitos para um mandato de até 3 (três) anos, podendo ser reeleitos, tomarão posse mediante assinatura de termo lavrado em livro próprio, bem como ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Artigo 11.** A Assembleia Geral fixará o montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia, assim como a sua distribuição. **Capítulo IV - Assembleia Geral: Artigo 12.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro de quatro meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem. Compete à Assembleia Geral as atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral será realizada preferencialmente na sede da Companhia, podendo ser realizada em uma das filiais ou escritórios desde que conste a informação em convocação. **Artigo 13.** A Assembleia Geral, convocada de acordo com a lei, será presidida por um Diretor Executivo, que indicará um secretário. **Artigo 14.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procuradores nomeados na forma do Parágrafo 1°, do Artigo 126, da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 15.** Todas as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto de acionistas representando a maioria do capital votante presente à Assembleia Geral, ressalvado o disposto na lei. **Artigo 16.** Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, que representem, no mínimo, a maioria necessária para as deliberações tomadas. **Artigo 17.** Além das matérias previstas em lei, competirá à Assembleia Geral resolver os casos omissos no presente Estatuto Social, observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações, a saber: (i) Examinar e aprovar o orçamento anual, o plano de investimento anual e o plano estratégico da Companhia; (ii) Eleger e destituir os membros da Diretoria, fixar sua remuneração global, e definir suas atribuições, além das estipuladas neste Estatuto; (iii) Avaliar o desempenho funcional dos membros da Diretoria; (iv) Definir as funções específicas dos Diretores de Unidade; (v) Definir o conceito de Unidade de Atendimento, especificando sua jurisdição; (vi) Fixar sua própria organização e regimento interno; (vii) Fiscalizar a gestão da Diretoria, inclusive com relação ao fiel exercício do planejamento e orçamento anual aprovados para o exercício; (viii) Convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente; (ix) Avocar, a qualquer tempo, o exame de assuntos ou negócios sociais, decidindo sobre a solução que deva ser adotada, ou expedindo normas ou instruções a serem observadas pela Diretoria; (x) Manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; (xi) Examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, ou quaisquer outros atos; (xii) Aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor seja igual ou superior ao equivalente a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) entre a Companhia e (a) acionistas que exercem o poder de controle da Companhia, tal como previsto no art. 116 da Lei nº 6.404/76, (b) qualquer pessoa física, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, ou pessoa jurídica que detenha, direta ou indiretamente, o controle dos Acionistas Controladores da Companhia que sejam pessoas jurídicas, ou (c) qualquer pessoa jurídica em que quaisquer dos Acionistas Controladores, direta ou indiretamente, incluindo o cônjuge e parentes até terceiro grau, detenham participação societária; (xiii) Manifestar-se sobre os termos e condições e aprovar proposta para: (a) operações de mudança do tipo jurídico da Companhia, incluindo transformação, cisão, incorporação (e incorporação de ações) e fusão que envolvam a Companhia; (b) a criação e extinção de controladas ou subsidiárias integrais; (c) a aquisição ou alienação parcial ou total de ações, quotas, participações em outras sociedades ou valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (d) a participação da Companhia em outras sociedades, ou empreendimentos, no país ou no exterior; e (e) reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que deem origem à mudança de controle da Companhia ou de suas controladas, e consignar se elas asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia; (xiv) Examinar e aprovar a celebração pela Companhia de quaisquer contratos, não previstos no orçamento anual e cujos valores individuais importem em desembolsos pela Companhia e que, no conjunto de operações relacionadas dentro do mesmo exercício, o valor anual seja igual ou superior ao equivalente a 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xv) Autorizar a aquisição ou alienação, não prevista no orçamento anual, de quaisquer bens, móveis ou imóveis, tais como, mas não limitado a equipamentos, terrenos, prédios, cujo valor individual, ou da totalidade dos bens adquiridos em uma única compra, seja igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); (xvi) Manifestar-se sobre os termos e condições e aprovar proposta para a aquisição ou alienação parcial ou total de ações, quotas, participações em quaisquer sociedades, ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão da Companhia; (xvii) Aprovar a criação de ônus reais sobre os bens da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros por obrigações da própria Companhia, em qualquer desses casos não previsto no orçamento anual e que, no conjunto, o valor anual seja superior ao equivalente a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); sendo que tal aprovação pela Assembleia Geral será desnecessária nas hipóteses em que o oferecimento da garantia seja necessário para defender os interesses da Companhia em procedimentos administrativos ou processos judiciais nos quais a Companhia seja parte; (xviii) Autorizar a contratação de endividamento, sob a forma de empréstimo ou emissão de títulos ou assunção de dívida, ou qualquer outro ato que afete a estrutura de capital da Companhia de valor igual ou superior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) anual, exceto medidas cautelares ou mandados de segurança em assuntos urgentes; (xix) A Autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de suas controladas e/ou subsidiárias integrais, sempre que o conjunto de operações realizadas num período de 3 (três) meses supere a quantia equivalente a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais); ficando, entretanto, expressamente vedada a outorga de garantias pela Companhia a obrigações de terceiros; (xx) Autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou da forma de realização, e exclusivamente para fins de proteção patrimonial; (xxi) Autorizar na forma do disposto no Artigo 44 da Lei 6.404/76, a aplicação de lucros e reservas no resgate ou amortização de ações e títulos conversíveis em ações, determinando as condições e o modo de proceder-se a operação; (xxii) Deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia, para a permanência em tesouraria, para cancelamento ou posterior alienação, desde que não ultrapasse o valor do saldo de lucros e reservas, exceto a legal, observado ainda o disposto no Artigo 30 e seus parágrafos da Lei 6.404/76; (xxiii) Determinar o levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores, a seu critério, e declarar o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais, e ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros constantes do último balanço patrimonial, anual ou semestral; (xxiv) Autorizar associações ou alianças estratégicas da Companhia com terceiros; (xxv) Escolher e destituir os auditores independentes, registrados na CVM, para auditar anualmente as demonstrações contábeis da Companhia; (xxvi) Elaborar o regimento interno de atuação da Diretoria Executiva. (xxvii) Deliberar sobre as alterações, inclusões nas regras de governança corporativa, que incluem, mas não se limitam ao processo de prestação de contas e ao processo de divulgação de informações. **Parágrafo Único.** Compete ainda a Assembleia Geral determinar a criação de Comitês de assessoramento, destinados a auxiliar os respectivos membros da Diretoria, bem como definir a respectiva composição, estabelecer seus regimentos, competências e atribuições específicas. **Capítulo V - Diretoria: Artigo 18.** A Diretoria é composta por um Diretor Presidente e os demais sem designação específica, embora possam vir a adotar denominações pertinentes às suas funções, conforme vier a ser estabelecido na sua eleição, observadas as atribuições constantes deste Estatuto Social. **Parágrafo Único.** Os diretores terão um voto cada nas deliberações da Diretoria. **Artigo 19.** Compete aos Diretores zelar pela observância da Lei e deste Estatuto Social, em especial lhes compete a representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, e a prática de todos os atos de gestão necessários ao seu funcionamento e desenvolvimento, podendo celebrar contratos, contrair obrigações, outorgar procuradores ou mandatários, emitir e endossar cheques, ou outros títulos de crédito, prestar aval ou outros tipos de garantia, ou analisá-los quando de interesse da Companhia, sempre observando os limites, autorizações e aprovações dispostas neste Estatuto, sob pena de nulidade do respectivo ato. **Parágrafo 1º.** O Diretor Presidente terá por atribuições superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria. **Parágrafo 2º.** Competirá aos Diretores sem designação específica a prática dos atos que vierem a ser estabelecidos pelo Diretor Presidente. **Parágrafo 3º.** A Companhia será representada (a) por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto; ou (b) por um diretor e um procurador nomeado com poderes específicos, observado o disposto no Parágrafo abaixo; ou ainda (c) por um ou mais procuradores, observado o disposto no Parágrafo Quarto abaixo. **Parágrafo 4º.** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto. As procurações outorgadas deverão especificar os poderes e terão prazo de validade limitado ao máximo de 3 (três) anos. As procurações para fins de representação judicial ou para fins de representação perante repartições aduaneiras, Receita Federal, Secretarias Estaduais da Fazenda, Prefeituras, INSS, FGTS, Delegacias Regionais do Trabalho, Delegacias de Polícia, órgãos de proteção e defesa do consumidor, dentre outros órgãos públicos, excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada de forma isolada, por qualquer diretor ou qualquer procurador, desde que devidamente constituído na forma deste Estatuto Social. Apenas as procurações para fins de representação judicial serão outorgadas sem limitação do prazo de validade. **Parágrafo 5º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas a seu objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Assembleia Geral. **Artigo 20.** Ocorrendo vacância ou impedimento de qualquer Diretor, caberá a Assembleia Geral eleger o novo Diretor ou designar o substituto, fixando, em qualquer dos casos, o prazo de gestão e os respectivos vencimentos. **Artigo 21.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mediante convocação com antecedência mínima de 2 (dois) dias por qualquer um dos Diretores, dispensada tal convocação caso presentes todos os Diretores. **Parágrafo Único.** A reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem à maioria dos Diretores. **Capítulo VI - Conselho Fiscal: Artigo 22.** O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição, e funcionará, apenas nos exercícios em que for instalado a pedido dos acionistas, nos termos da lei. **Artigo 23.** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, respeitado o disposto no Parágrafo 3º, do Artigo 162, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Artigo 24.** Os membros efetivos do Conselho Fiscal serão substituídos em suas ausências ou impedimentos ou afastamentos eventuais, ou ainda, na vacância do cargo, pelos respectivos suplentes, cabendo aos substitutos a percepção de honorários correspondentes ao período em que servirem. **Artigo 25.** O Conselho Fiscal tem suas atribuições e os poderes que a lei lhe confere. **Parágrafo Único.** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, reunir-se-á ordinariamente, de três em três meses, e extraordinariamente, sempre que houver necessidade, independente de convocação. **Capítulo VII - Exercício Social, Distribuição de Resultados e Lucros, e Reservas: Artigo 26.** O ano social coincide com o ano civil, terminando em 31 (trinta e um) de dezembro. **Artigo 27.** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Artigo 28.** Do resultado do exercício serão deduzidas pela ordem e sucessivamente: (a) importância necessária à formação da provisão para o imposto de renda; e (b) parcela para pagamento de uma participação nos lucros aos administradores, a ser distribuída a eles, observado os limites estabelecidos no Artigo 152 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976. **Parágrafo 1º.** O lucro líquido do exercício, formado pelo resultado do exercício que remanescer depois de deduzidas as importâncias que se trata o caput deste artigo, terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da Reserva Legal, observado o disposto no Artigo 193, da Lei nº 6.404/76; e (b) 25% (vinte e cinco por cento) do valor ajustado nos termos do Artigo 202, da Lei nº 6.404/76, para pagamento de dividendos. **Parágrafo 2º.** A Assembleia Geral poderá, observados os limites de sua competência, deliberar a constituição, destinação de recursos ou redução das reservas de capital previstas no artigo 182 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 3º.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários. A Assembleia Geral poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços. A Assembleia Geral poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual. **Parágrafo 4º.** Os dividendos não reclamados em três anos prescrevem em favor da Companhia. **Artigo 29.** A Assembleia Geral poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados. **Capítulo VIII - Liquidação da Companhia: Artigo 30.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo Único.** Compete à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger os liquidantes e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação. **Capítulo IX - Disposições Finais e Transitórias: Artigo 31.** Na ocorrência de qualquer disputa relacionada a este Estatuto Social, os acionistas deverão envidar seus melhores esforços para resolver a referida disputa amigavelmente, dento do prazo de 30 (trinta) dias. Na hipótese de tal disputa não ser resolvida dentro do referido prazo, os acionistas a submeterão à arbitragem, nos termos da Lei nº 9.307/96, e de acordo com os termos e condições desta Cláusula. **Parágrafo 1º.** A disputa será submetida ao Centro de Mediação e Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil - Canadá ("CCBC"), de acordo com o Regulamento de Arbitragem da CCBC em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem ("Regulamento"). **Parágrafo 2º.** A sede da arbitragem será na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, sendo vedado aos árbitros julgar por equidade. A arbitragem deverá ser conduzida no idioma português e nela será aplicada a lei brasileira. **Parágrafo 3º.** O Tribunal Arbitral será constituído por 3 (três) árbitros, que deverão ser e permanecer independentes e imparciais em relação ao objeto da arbitragem e com os acionistas, cabendo a cada um dos acionistas envolvidos na disputa indicar um árbitro, os quais, de comum acordo, nomearão o terceiro árbitro que funcionará como Presidente do Tribunal Arbitral. Caso os 2 (dois) árbitros indicados pelos acionistas deixem de nomear o terceiro árbitro no prazo de 30 (trinta) dias constados da data em que o último dos 2 (dois) árbitros foi nomeado, caberá ao CCBC indicar o terceiro árbitro. **Parágrafo 4º.** Sendo mais de uma parte requerente ou requerida, os requerentes conjuntamente, e as requeridas, conjuntamente, designarão seus respectivos árbitros, sob pena da CCBC fazer a nomeação. **Parágrafo 5º.** Os acionistas envolvidos na disputa deverão ratear, em partes iguais, os honorários e despesas havidas com os árbitros e com a CCBC. Cada acionista arcará com os custos e honorários dos seus respectivos advogados, não havendo imposição de sucumbência. **Parágrafo 6º.** Os acionistas terão o direito de requerer no juízo competente as medidas cautelares para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório à instauração do Tribunal Arbitral, enquanto este não estiver constituído, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arbitragem. Para o exercício das citadas tutelas jurisdicionais os acionistas elegem o Foro Central da Comarca da Capital de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Uma vez constituído o Tribunal Arbitral, a ele caberá reexaminar as decisões proferidas nos referidos processos preparatórios. **Artigo 32.** A Companhia, no caso de abertura de seu capital, fará adesão a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, níveis diferenciados de práticas de governança corporativa, previstos nos incisos de I a IV, do Artigo 8º, da Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, conforme alterada. **Artigo 33.** A Companhia observará eventuais acordos de acionistas arquivados em sua sede social. Fica vedado aos integrantes da mesa diretora das Assembleias Gerais de acionistas acatar declaração de voto de qualquer acionista signatário de tal acordo que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo de acionistas. **Artigo 34.** No caso de obtenção de registro de companhia aberta categoria A, a Companhia irá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade administradora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, práticas diferenciadas de governança corporativa.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALVINLÂNDIA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

"REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ALVINLÂNDIA" – Transcorrido o prazo de recurso referido na alínea "b" do inciso I do artigo 109 da lei 8.666/93, sem a efetivação de qualquer ato, e de posse, dos documentos que compõem o processo licitatório na modalidade **PREGÃO N.º 018/2022, PROCESSO N° 060/2022**, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ALVINLÂNDIA, composto inclusive de parecer jurídico, e da COMUL (Comissão Municipal de Licitações), da Prefeitura Municipal de Alvinlândia, contidas da Ata de Julgamento de 20/09/2022, **HOMOLOGO** todos os procedimentos realizados que classificaram as empresas: **HOSPITRONICA COM. EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - LTDA** - CNPJ 17.737.428/0001-14, que apresentou o menor preço para os itens: 04, 06, 10, 12, totalizando o valor de **R$ 6.190,00** (SEIS MIL, CENTO E NOVENTA REAIS); a empresa **C E C IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS - LTDA** - CNPJ 24.864.422/0001-73, que apresentou o menor preço para os itens: 1, 2, 3, 5, 7, 11, totalizando o valor **R$ 37.435,00** (TRINTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REIAIS); e a empresa **ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI** - CNPJ 33.068.320/0001-32, que apresentou o menor preço para o item: 09, totalizando o valor de **R$ 15.000,00** {QUINZE MIL REAIS). Nos termos da legislação em vigor, esse termo de **HOMOLOGAÇÃO** foi expedido em 26/09/2022. Proceda-se a seguir as providências complementares, como comunicado, publicações, empenhos e outras medidas necessárias para que surta os efeitos legais e de direito. Alvinlândia - SP, 26 de setembro de 2022

ABIGAIL CATELI DIAS
PREFEITA MUNICIPAL

A D J U D I C A Ç Ã O

ALVINLANDIA, 20 de setembro de 2022.

Licitação: **060/2022 - PREGÃO PRESENCIAL 018/2022 -** Aberta em 20/09/2022. Resumo do Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE ALVINLÂNDIA. Resultante da análise e classificação das propostas apresentadas a licitação acima especificada, o PREGOEIRO desta Prefeitura Municipal MANOEL ANTÔNIO PEDROSO DA SILVA, resolve **ADJUDICAR** ao proponente **C E C IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS - LTDA** - CNPJ 24.864.422/0001-73, parte do objeto da licitação, no valor de **R$ 37.435,00** {TRINTA E SETE MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO REIAIS), conforme Relação em Anexo; ao proponente **ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI** - CNPJ 33.068.320/0001-32, parte do objeto da licitação, no valor de **R$ 15.000,00** {QUINZE MIL REAIS), conforme Relação em Anexo, e ao proponente **HOSPITRONICA COM. EQUIPAMENTOS HOSPITALARES - LTDA** - CNPJ 17.737.428/0001-14, parte do objeto da licitação, no valor de **R$ 6.190,00** {SEIS MIL, CENTO E NOVENTA REAIS), conforme Relação em Anexo.

MANOEL ANTONIO PEDROSO DA SILVA
PREGOEIRO MUNICIPAL

Operação policial deixa ao menos três mortos na Favela da Maré, no Rio

Uma operação conjunta das polícias Civil e Militar deixou pelo menos três mortos e um ferido no início da manhã de ontem, 26, no conjunto de favelas da Maré, na zona norte do Rio. Durante a ação, vias expressas da região foram fechadas e motoristas que transitavam pelo local saíram dos carros e se abrigaram atrás de muretas para se protegerem dos tiros.

De acordo com a Secretaria de Estado de Polícia Militar, todos os baleados eram suspeitos e foram mortos na troca de tiros, sendo que o homem que ficou ferido possui um mandado de prisão em aberto. Ele foi encaminhado ao Hospital Federal de Bonsucesso A PM informou ainda que dois fuzis, uma pistola e uma granada foram apreendidos.

A operação acontece na Vila do João e na Vila do Pinheiros, e visa "conter tentativas de investidas de uma facção criminosa contra outra nesta região", afirmou a PM. A ação conta com homens do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), do Batalhão de Ações com Cães (BAC) e policiais civis da Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE).

Desde as primeiras horas do dia, a Linha Vermelha, a Linha Amarela e a Avenida Brasil tiveram o trânsito interrompido nos trechos próximos ao Complexo da Maré em diferentes momentos.

A operação levou a Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) a suspender as aulas do turno da manhã no câmpus Cidade Universitária.

"Em decorrência de tiroteio no Complexo da Maré, que fechou vias expressas no Rio, como a Linha Vermelha, a Reitoria da UFRJ decidiu suspender as aulas do turno da manhã no câmpus Cidade Universitária desta segunda-feira, 26/9, para segurança da comunidade acadêmica. A Reitoria acompanha a situação", diz nota da universidade.

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S/A

CNPJ nº 43.076.702/0001-61 - NIRE MATRIZ nº 35300036824

AVISO CONSULTA PÚBLICA Nº 004/2022
Processo SEI n° 7010.2022/0003764-4

A **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – PRODAM-SP S/A.**, nos termos do Decreto Municipal n° 48.042 de 26/12/2006, objetivando colher subsídios que poderão ser utilizados na elaboração da versão final do Edital de **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO, A PARTIR DE IMPRESSORAS E MULTIFUNCIONAIS A SEREM CONTRATADOS, INCLUINDO INSTALAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E MANUTENÇÃO ON-SITE (INCLUINDO PEÇAS), ALÉM DO FORNECIMENTO DE INSUMOS (TONER, CARTUCHO, BASTÕES, CILINDROS, FUSORES, PAPEL, ETC.), CONTEMPLANDO DISPONIBILIZAÇÃO DE ESTOQUE NAS UNIDADES PARA CUMPRIMENTO DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS E, POR FIM, SOLUÇÃO DE BILHETAGEM QUE PERMITA GESTÃO E MONITORAMENTO DE CONSUMO DO PARQUE DE EQUIPAMENTOS.**, **JUSTIFICATIVA:** Ata de Registro de Preços, tem como objetivo continuar atendendo as demandas atuais e servir como solução para necessidades futuras da Prodam e dos demais órgãos da administração pública para impressão departamental, através da contratação de empresa para a prestação desta modalidade de serviços. Esta modalidade de serviço oferece, além do equipamento para impressão, o suporte técnico, manutenção on-site (incluindo peças), fornecimento de insumos como toner, cartucho, cilindros, fusores, papel e solução de gerenciamento integrado, que permita gestão e monitoramento de consumo de cada equipamento. A propósito desta contratação a PRODAM ou órgão público contratante poderá se dedicar à sua atividade fim, se concentrando no atendimento aos órgãos públicos e aos munícipes, tendo em vista que uma empresa especializada no ramo, ficará responsável pelo gerenciamento da impressão departamental**. Valor Total Estimado:** Em cumprimento ao disposto no artigo 34 da Lei Federal nº 13.303/2016 esclarece que o valor estimado será mantido em sigilo, constando de processo em apartado, na forma da lei**. Vigência de Contratação 36 meses**.

A Minuta do Edital encontra-se disponível no Portal da PRODAM-SP:
http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/inovacao/prodam/licitacoes/consultas_publicas/index.php?p=5551

Os interessados em participar poderão solicitar esclarecimentos e apresentar sugestões ou opiniões, devidamente identificados, através do e-mail microinformatica@prodam.sp.gov.br **até o próximo dia 04/10/2022.**

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S/A

CNPJ nº 43.076.702/0001-61 - NIRE MATRIZ nº 35300036824

AVISO DE SUSPENSÃO
PROCESSO SEI Nº 7010.2020/0006654-3 - PE-08.005/2021
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA COM MANUTENÇÃO CORRETIVA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, INSTALAÇÕES, DESINSTALAÇÕES, REMANEJAMENTOS E EXECUÇÃO DE PROJETOS EM REDE DE TELEFONIA, LÓGICA E ELÉTRICA, COMPREENDENDO AINDA, O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS GPON (GIGABIT PASSIVE OPTICAL NETWORK), PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

O Pregoeiro designado para condução do Pregão Eletrônico em epígrafe pelos Srs. Diretor de Administração e Finanças e Diretor de Infraestrutura e Tecnologia (em exercício) da **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP S/A.**, comunica a **SUSPENSÃO "sine die ad cautelam"** da sessão do pregão, anteriormente agendada para o dia 28/09/2022 às 10:01 horas, para que a Empresa possa melhor avaliar e manifestar-se quanto ao Despacho exarado pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo para este processo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLÂNDIA faz público que se encontra aberto o PREGÃO PRESENCIAL 151/2022, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT COM CAPACIDADE DE 9.000 BTUs a 60.000 BTUs E CORTINAS DE AR PARA ATENDER TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.** A entrega dos envelopes contendo a proposta e a habilitação será no Setor de Licitações, situado na Praça Coronel Orlando, 652, centro, às 09:00h do dia 10/10/2022, onde ocorrerá o processamento do certame. Esclarecimentos somente através do e-mail: licitacao@orlandia.sp.gov.br. Edital à disposição, no setor competente, ao custo de R$ 20,00 e na internet: www.orlandia.sp.gov.br, a partir do dia 28/09/2022. Orlândia, SP, 26 de Setembro de 2022. SERGIO AUGUSTO BORDIN JUNIOR. Prefeito Municipal.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Bolsonaro tem 56% de rejeição, diz pesquisa BTG/FSB; Ciro tem 52% e Lula, 46%

Pesquisa do Instituto FSB para presidente da República encomendada pelo banco BTG Pactual e divulgada na manhã desta segunda-feira aponta que o presidente e candidato à reeleição pelo PL, Jair Bolsonaro, permanece com o maior índice de rejeição, com 56%, 1 ponto porcentual (pp) a mais do que o levantamento anterior, de 19 de setembro. Em seguida aparecem Ciro Gomes (PDT), com 52% - 4 pp a mais no intervalo de uma semana e maior porcentual para o candidato na série de levantamentos.

Luiz Inácio Lula da Silva (PT) te com 46% de rejeição, 1 pp para cima com relação à semana passada, e Simone Tebet (MDB) tem 42%, também o maior porcentual da candidata e 5 pp a mais que os 37% da pesquisa anterior.

Certezas - Na última semana de campanha antes da votação do primeiro turno, 86% dos pesquisados disseram ter certeza na decisão do voto no candidato ou candidata que escolherão no primeiro turno dessas eleições, ante 81% na semana passada, e apenas 13% que disseram que podem mudar, ante 18% na anterior.

Entre os entrevistados, 84% afirmaram que com certeza irão votar nas eleições de outubro e 9% afirmaram que provavelmente irão votar, 1% que provavelmente não irão votar, e 4% certamente não irão votar.

Foram ouvidos 2.000 eleitores entre sexta-feira, 23, e domingo, 25. O intervalo de confiança da pesquisa é de 95% e a margem de erro de 2 pp. A pesquisa está registrada no TSE sob o número BR-08123/2022.

Bolsonaro esconde local de transmissão de live para se esquivar do TSE e ironiza

Após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proibir o uso de instalações públicas, como o Palácio do Alvorada, para transmissões online com cunho eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro (PL) escondeu o local de onde realizou a "live" de domingo, 25, e ironizou a omissão.

"Será que o TSE sabe de onde é que estou fazendo essa live? Ah, escondido, como se fosse um cara das trevas. Será que está no Alvorada, descumprindo ordem do TSE? Olha a preocupação do TSE. Preocupação com transparência das eleições o TSE não tem. Zero", disse, após dizer que as decisões da Corte são parciais e estão favorecendo apenas seu principal rival nas eleições, o ex-presidente Lula.

A transmissão de hoje ocorre em uma sala fechada, com a bandeira do Brasil e materiais alusivos à candidatura de Bolsonaro que parecem ter sido colocados de última hora. Até o momento, nem o Planalto nem a assessoria da campanha de Bolsonaro responderam de onde o presidente transmite a live.

O Estadão/Broadcast entrou em contato com o ministro das Comunicações, Fábio Faria, que respondeu que não sabia de que o local o presidente estava fazendo a live. O secretário-executivo da pasta, Fabio Wajngarten, não respondeu os contatos da reportagem.

(Foto: EBC)

Pedido de voto - O presidente ainda disse que sua "situação é complicada" e pediu voto para os candidatos ao Senado que estejam alinhados com o governo. "Vem para o candidato que está afinado comigo. Que vai estar comigo mesmo com qualquer problema. Temos que ter um Senado forte para ajudar a fazer o controle de outros poderes", declara.

Ele reforça os pedidos de voto, principalmente, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio de Janeiro.

A dispersão de votos entre candidatos pode "atrapalhar" o preferido de Bolsonaro. "Imagine o Rio de Janeiro com um senador do PSOL. Que desgraça para o Rio e para o Brasil. Essas pessoas não têm qualquer compromisso com nada, a não ser o que é ruim", afirma.

Entre Romário (PL) e Daniel Silveira (PTB), Bolsonaro disse que "vai ter que decidir", ainda nesta semana. "A gente vai ter conversar, porque a gente tem que sacrificar. Não quero adiantar aqui, porque de um lado ou de outro, vão ficar chateados comigo, e não quero problema", explica.

Parcela de indecisos e 'voto envergonhado' deixam eleição mais imprevisível

Apesar de as pesquisas indicarem um eleitorado majoritariamente decidido, analistas ouvidos pelo Estadão indicam fatores às vésperas das eleições que podem mudar o cenário em 2 de outubro. Um deles é a abstenção, facilitada neste ano pela possibilidade de justificativa por aplicativo. Há, ainda, o voto útil dos que defendem encerrar a disputa no primeiro turno, o chamado "voto envergonhado" - não revelado nas pesquisas - e o porcentual de indecisos.

Baixo nos levantamentos estimulados (quando se informam os nomes dos candidatos), o índice de indecisos varia de 11% a 28% nos levantamentos espontâneos, aqueles em que os nomes dos candidatos não são apresentados.

Segundo o cientista político e professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) Fernando Abrucio, a taxa de indecisos pode ser maior do que aparece nas pesquisas. "Alguns querem esperar até o fim para se informar mais e tomar uma decisão, muitos podem ir para Simone Tebet ou Ciro Gomes , outros querem decidir se vão votar no Lula, como voto útil", disse. "O voto é uma combinação de fatores sociais e econômicos, além de valores. Bolsonaro estacionou porque a economia está melhorando, mas o bem-estar social não está."

A abstenção também influencia. Ela cresceu de 16%, em 2006, para 20,3% em 2018. Foram quase 30 milhões de pessoas que deixaram de votar na última eleição. Para analistas, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode ser o mais prejudicado com eventual alta de faltantes, mas ela também afetaria a votação de Jair Bolsonaro (PL), que tenta a reeleição. De acordo com Abrucio, as classes D e E tendem a votar menos (maioria declara voto em Lula), assim como os idosos (maioria declara voto em Bolsonaro). Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que, em 2018, o grupo com maior índice de abstenção foi o de analfabetos com mais de 60 anos (superior a 50%). Por outro lado, houve neste ano recorde de jovens abaixo dos 18 anos que tiraram título de eleitor - 2 milhões.

Lula diz que ainda será ressarcido pelos processos da Lava Jato

(Foto: EBC)

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou que o "Estado terá que ressarci-lo" pelos processos em que foi investigado e acusado de corrupção durante a operação Lava Jato. A fala aconteceu em comício na quadra da escola de samba Portela, no Rio de Janeiro, neste domingo, 25. O petista disse que foi absolvido nas ações que respondia e que provou a parcialidade do ex-juiz Sergio Moro e do procurador Deltan Dallagnol.

"William Bonner, no dia que eu fui na Globo, ele teve a grandeza de dizer: 'presidente, o senhor não deve mais nada à Justiça desse País'. E quem deve são eles a mim. Em algum momento o Estado vai ter que devolver e me pagar", falou Lula aos apoiadores.

O petista ainda comparou-se ao ex-presidente Getúlio Vargas. "Eu fui vítima da maior sacanagem histórica com um ser humano. Também fizeram com o Getúlio, porque levaram ele a se matar, mas eu resolvi que não vale a pena morrer pelas mentiras dos nossos adversários. A gente pode morrer em defesa da nossa soberania e em defesa do nosso povo", afirmou.

Lula voltou a dizer que foi absolvido em 26 processos em que era investigado e sua campanha vem ressaltando que a Justiça declarou sua inocência. "Hoje eu sou o único culpado do mundo e o crime que cometi pra ser culpado é que virei inocente. Eu sou culpado de ser inocente. O Moro fala que não fui absolvido, outro dia eu vi o Ciro falando que "o Lula não foi absolvido", olha, eu fui absolvido em 26 processos, fui absolvido duas vezes na ONU e fui absolvido pela Suprema Corte. Agora, quem quer acreditar que não fui absolvido são as pessoas que acreditaram nas mentiras de Moro e Dallagnol, divulgadas pelos meios de comunicação intensamente."

Ele obteve, de fato, 26 vitórias na Justiça. Contudo, é incorreto afirmar que tenha sido absolvido completamente de todos os processos ligados à Operação Lava Jato. Nos casos do sítio de Atibaia e do triplex no Guarujá, por exemplo, o petista chegou a ser condenado em primeira e segunda instância, mas os processos foram anulados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e enviados para a Justiça Federal de Brasília, a partir do entendimento de que a 13ª Vara Federal de Curitiba não teria a competência de julgá-los. Ambos já prescreveram.

Frota lidera em número de PLs na Câmara, com Lei da Onça e ações para cultura

O deputado federal que mais encaminhou projetos de lei na atual legislatura foi Alexandre Frota (PSDB-SP). Ele apresentou 642 propostas, entre o início de 2019 e início de setembro deste ano, o que dá uma média de três PLs apresentados por semana. Esse número é mais do que o dobro de propostas apresentadas pela segunda colocada na lista, a deputada Rejane Dias (PT-PI), que sugeriu 320 PLs no mandato. Para Frota, o número é pouco. "Acho que os deputados deveriam se dedicar mais, ter vergonha na cara e trabalhar. Mas a corrupção, a vaidade e o poder são maiores do que servir", afirmou o deputado. Dos projetos sugeridos por Frota, apenas três foram aprovados, todos em coautoria - um de fomento à Lei Aldir Blanc (PL 1 518/2021), ações para o setor cultural durante a pandemia (PL 1 075/2020) e pagamento de honorários advocatícios. Outros 399 estão tramitando em conjunto com outras propostas e cinco foram retirados por ele. Frota afirmou que não consegue aprovar mais propostas porque não participa de jogos políticos da Casa.

O deputado não considera que o número de aprovação seja baixo. "Bolsonaro ficou 27 anos e aprovou um projeto. Eu estou a menos de quatro anos e já aprovei três. Isso, para mim, é muito bom", disse.

Frota afirmou que demandas da sociedade civil chegam pelas redes sociais, e-mail e pessoalmente, em seu gabinete - cerca de dez sugestões por semana. Há ainda uma equipe técnica de 13 colaboradores "para redigir e transformar" as ideias em PLs.

As sugestões dele são muitas: desde a instituição do programa Lei da Onça (PL 808/2022), inserção de aulas sobre questão racial nas escolas (PL 5.240/2020), reconhecimento do skate (PL 888/2022) e soltar pipa (PL 442/2020) como esporte e alteração das datas de restituição do Imposto de Renda durante a pandemia (PL 1.219/2020). Ele destacou ainda ser o deputado que mais faz projetos para mulheres e autistas, além da atuação na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News. Outros sete PLs são para criar dias ou semanas nacionais de algum tema, como o da Educação Financeira Infantil (PL 2 183/2022), o do Humor (PL 3.525/2021), o da Democracia (sugerido duas vezes, pelos PLs 6.153/2019 e 6.183/2019) e a semana estadual do rim (PL 3.390/2021).

De vaqueiro a professor de jiu-jitsu, 156 categorias vão ao Congresso

Médico, professor de jiu-jitsu, costureira, psicólogo, garçom, vaqueiro. Levantamento feito pelo Estadão aponta que, hoje, 156 profissões pleiteiam, em algum projeto de lei empilhado nos escaninhos do Congresso Nacional, um piso salarial nacional para a categoria.

A mobilização política pelo estabelecimento de um salário-base entrou nos holofotes pelo impasse envolvendo os profissionais da enfermagem. A categoria que teve seu piso aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Bolsonaro, mas depois suspenso pelo Supremo Tribunal - que questionou a origem dos recursos para bancar essa conta e o impacto financeiro para Estados e municípios. A disputa expõe uma tendência que ganhou força nos últimos anos: buscar o Legislativo para estabelecer remunerações.

O levantamento considerou projetos de lei que tramitam no Congresso, seja para criação de piso salarial, seja para revisão de salário-base já existente. Os dados foram coletados junto à Câmara dos Deputados, ao Senado e à Associação Nacional de Hospitais Privados (Anahp).

Entre os 156 projetos que aguardam apreciação, há propostas antigas, como a que cria um piso para motoristas de ônibus, apresentado em 1988; mas a maior parte dessas iniciativas é bem mais recente. Nada menos que 74 projetos foram apresentados no Congresso de 2019 para cá - quase metade do total. Em 2021, foram apresentadas 28 propostas de criação de piso, o que equivale a mais de dois projetos de lei por mês. Neste ano, oito novas ideias foram enviadas para análise. A definição do piso salarial serve para apontar a remuneração mínima que determinada categoria vai receber, seja da iniciativa privada, seja do serviço público. Especialistas em direito trabalhista reconhecem que, em algumas situações, a criação de um piso nacional pode auxiliar determinada categoria. Porém, muitas vezes, a depender da forma como isso é feito, acaba criando regras que ignoram uma realidade básica: a profunda diferença de custo de vida em cada região do País. Algumas propostas vêm com o argumento de ter usado como base médias nacionais. Em março do ano passado, por exemplo, o senador Zequinha Marinho (PSC-PA) apresentou o projeto de lei 1071, com o objetivo de regulamentar a profissão de técnico em eletricidade. A proposta é fixar o piso salarial em R$ 2.230 e obter a correção anual pela inflação. Marinho afirma que o piso pleiteado foi baseado na média do salário nacional pago a esses profissionais conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Adolescente invade escola e mata aluna cadeirante de 19 anos na Bahia

Uma aluna cadeirante foi morta na manhã de ontem, 26, no Colégio Municipal Eurides Sant'Anna, em Barreiras, no oeste baiano. Segundo informações das Polícias Civil e Militar da Bahia, um adolescente pulou o muro da escola, no bairro de São Pedro, e matou Geane de Silva de Brito, de 19 anos, com golpes de arma branca e disparo de arma de fogo. A polícia foi chamada às 7h20. Imagens divulgadas nas redes sociais mostram alunos deixando a escola correndo. O autor do crime foi atingido por um tiro por uma pessoa ainda não identificada pelas autoridades. Ele foi socorrido pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e levado para uma unidade de saúde. O estado de saúde dele não foi divulgado. Com o criminoso, segundo a PM baiana, foram encontrados um revólver calibre 38, duas armas brancas e "aparentemente uma bomba caseira".